

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE FOZ DO  
IGUAÇU CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS  
MESTRADO E DOUTORADO**

**FILIFE AUGUSTO DA VEIGA**

**AS FRONTEIRAS DO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA PÓS-  
GRADUAÇÃO**

**FOZ DO IGUAÇU**

**2024**

**FILIPPE AUGUSTO DA VEIGA**

**AS FRONTEIRAS DO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras ó Mestrado e Doutorado, do Centro de Educação Letras e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras

Orientadora: Profa. Dra. Tamara Cardoso André

**Foz do Iguaçu**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Veiga, Filipe Augusto da  
AS FRONTEIRAS DO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS  
SOBRE ACESSIBILIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO / Filipe Augusto da  
Veiga; orientadora Tamara Cardoso André. -- Foz do Iguaçu,  
2024.  
85 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu)  
-- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e  
Fronteiras, 2024.

1. Surdos. 2. Acessibilidade . 3. Pós-graduação. 4.  
Análise de Políticas Públicas. I. André, Tamara Cardoso,  
orient. II. Título.

VEIGA, F. A. da. **AS FRONTEIRAS DO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO.** (85 f.). Dissertação Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) ó Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Tamara Cardoso André. Foz do Iguaçu, 2024. FILIPE AUGUSTO DA VEIGA.

Aprovado em: 01/10/2024

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Tamara Cardoso André Orientadora**  
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná ó UNIOESTE**

---

**Prof. Dra. Denise Rosana da Silva Moraes**  
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná ó UNIOESTE**

---

**Prof. Dra. Ana Regina e Souza Campello**  
**Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha esplendorosa noiva Nahla Yatim, pelas longas conversas para eu não desistir, pelos inúmeros apoios e incentivos na continuação desta pesquisa. Pelas conversas, troca de experiências, debates, dicas, por tudo que tens feito por mim que vai além do mestrado, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a minha sogra Graciela, também pelo apoio e incentivo, além do comprometimento em realizar tarefas minhas para eu poder me dedicar aos estudos, as trocas de ideias e conversas envolvendo o mestrado e os conhecimentos adquiridos nas disciplinas. Muito obrigado.

A minha orientadora professora Dra.Tamara, pelas trocas de ideias, incentivos e orientações, além de ter aceitado ser minha orientadora no meio do mestrado, o meu muito obrigado.

Obrigado a professora Ms. Leila Yatim, e também minha cunhada, pela tradução do resumen por ser trilíngue desde criança, meus sinceros agradecimentos.

Ao professore Dr. Markus Johannes Weininger pela tradução do abstract, sendo professor e poliglota atuante da UFSC campus Florianópolis, meus muito obrigado.

Aos professores doutores do programa sociedade cultura e fronteiras, com os quais tive aulas, em especial Oscar, Eric, Adrian, Andréia, Valdecir, Roselandia, Eduardo, Yuliya, Andrii. Meus sinceros agradecimentos pelos conhecimentos adquiridos, conversas e encaminhamentos.

A professora Dra. Ana regina meus mais sinceros agradecimentos pelas contribuições na banca de qualificação e de defesa. Pelos ensinamentos e incentivo de perseverança, principalmente na continuação desta pesquisa no doutorado, obrigado por ser essa mulher incrível, sabendo explicar e ensinar no nível linguístico do público-alvo, meu muito obrigado.

VEIGA, F. A. da. **AS FRONTEIRAS DO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DE SURDOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO.** (85 f.). Dissertação Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) ó Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Tamara Cardoso André. Foz do Iguaçu, 2024.

## RESUMO

A pesquisa aborda a acessibilidade de estudantes surdos na pós-graduação *stricto sensu*, focando especificamente nas instituições públicas de ensino superior do Paraná. A principal hipótese é que a falta de concursos públicos para intérpretes de Libras compromete a continuidade da acessibilidade para surdos, limitando seu desenvolvimento acadêmico. A produção científica sobre a presença de surdos na pós-graduação ainda é escassa, com a maioria das pesquisas focadas na educação básica e graduação. Os objetivos incluem identificar as necessidades de acessibilidade dos surdos na pós-graduação, propor soluções e analisar se há continuidade nas políticas de inclusão. A metodologia é de análise qualitativa de narrativa, realizada a partir de entrevista semiestruturado em Libras, acerca das experiências vivenciadas por três alunas de mestrado e doutorado. As entrevistas foram gravadas e depois traduzidas da libras para o português escrito. As narrativas apontam para a ausência de políticas públicas consistentes para garantir a acessibilidade dos surdos, evidenciando uma lacuna nas práticas acadêmicas. Foi confirmada a hipótese de que, sem intérpretes de Libras disponíveis, o processo de inclusão é comprometido, com impactos negativos no desenvolvimento acadêmico dos surdos. Além disso, o estudo aponta desafios estruturais e a falta de conscientização da comunidade acadêmica sobre as necessidades dos surdos, refletindo uma distância entre as políticas públicas e a prática educacional. Como resultado, destaca-se a importância de ações legislativas e estruturais para garantir a inclusão plena, como a criação de espaços adequados para comunicação em Libras, valorização dessa língua e a implementação de políticas públicas que atendam as necessidades dos surdos na educação superior.

**Palavras-chave:** Surdos; Acessibilidade; Pós-graduação; Análise de Políticas Públicas; Inclusão educacional.

VEIGA, F. A. da. **THE BOUNDARIES OF HIGHER EDUCATION: DEAF NARRATIVES ABOUT ACCESSIBILITY IN GRADUATE PROGRAMS.** (85 f.). Dissertação Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) ó Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Tamara Cardoso André. Foz do Iguaçu, 2024.

## **ABSTRACT**

This study addresses the accessibility of deaf students in *stricto sensu* graduate studies, focusing specifically on public institutions of higher education in the state of Paraná, Southern Brazil. The main hypothesis is that the lack of public exams for Libras interpreters compromises the continuity of accessibility for deaf people, limiting their academic development. Academic papers on the presence of deaf people in graduate studies are still scarce, with most research focused on elementary and undergraduate education. The goals of this study include identifying the accessibility needs of deaf persons in graduate school, proposing solutions and analyzing whether there is continuity in inclusive policies. The methodology is qualitative narrative analysis, carried out from a semi-structured interview in Libras, about the experiences of three female, master's, and doctoral students. The interviews were recorded and then translated from Libras into written Portuguese. The narratives point to the absence of consistent public policies to ensure accessibility for the deaf, evidencing a gap in academic practices. The hypothesis was confirmed that, without Libras interpreters available, the process of inclusion is compromised, with negative impacts on the academic development of deaf students. In addition, the study points out structural challenges and the lack of awareness of the academic community about the needs of deaf students, reflecting a distance between public policies and educational practice. As a result, the importance of legislative and structural actions to ensure full inclusion is highlighted, such as the creation of adequate spaces for communication in Libras, appreciation of this language and the implementation of public policies that meet the needs of the deaf in higher education.

**Keywords:** Deaf persons; Accessibility; Postgraduate studies; Public Policy Analysis; Educational inclusion.

VEIGA, F. A. da. **LAS FRONTERAS DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR: NARRATIVAS DE PERSONAS SORDAS SOBRE LA ACCESIBILIDAD EN LOS PROGRAMAS DE POSGRADO** (85 f.). Dissertação Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) ó Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Tamara Cardoso André. Foz do Iguaçu, 2024.

## RESUMEN

La investigación aborda la accesibilidad de estudiantes sordos en el posgrado, enfocándose específicamente en las instituciones públicas de educación superior de Paraná. La principal hipótesis es que la falta de concursos públicos para intérpretes de lengua de señas brasileña (Libras) compromete la continuidad de la accesibilidad para los sordos, limitando su desarrollo académico. La producción científica sobre la presencia de sordos en el posgrado aún es escasa, con la mayoría de las investigaciones enfocadas en la educación básica y de grado. Los objetivos incluyen identificar las necesidades de accesibilidad de los sordos en el posgrado, proponer soluciones y analizar si existe continuidad en las políticas de inclusión. La metodología es de análisis cualitativo narrativo, realizado a partir de entrevistas semiestructuradas en Libras, sobre las experiencias vividas por tres estudiantes, de maestría y doctorado. Las entrevistas fueron grabadas y luego traducidas de Libras al portugués escrito. Las narrativas apuntan a la ausencia de políticas públicas consistentes para garantizar la accesibilidad de los sordos, evidenciando una brecha en las prácticas académicas. Se confirmó la hipótesis de que, sin intérpretes de Libras disponibles, el proceso de inclusión se ve comprometido, con impactos negativos en el desarrollo académico de los sordos. Además, el estudio señala desafíos estructurales y la falta de conciencia de la comunidad académica sobre las necesidades de los sordos, lo que refleja una distancia entre las políticas públicas y la práctica educativa. Como resultado, se destaca la importancia de acciones legislativas y estructurales para garantizar la inclusión plena, como la creación de espacios adecuados para la comunicación en Libras, la valorización de este idioma y la implementación de políticas públicas que atiendan las necesidades de los sordos en la educación superior.

Palabras clave: Sordos; Accesibilidad; Posgrado; Análisis de Políticas Públicas; Inclusión educativa.

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior
CLLLP	Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa
FIC	Formação Inicial e Continuada
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
TAES	Técnicos Administrativos em Educação
TILS	Tradutores Intérpretes de Libras
UFRN	Universidade Federal Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WFD	World Federation of the Deaf

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ACESSIBILIDADE DE DISCENTES SURDOS PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS.	16
1.1 Acessibilidade de surdos segundo as pesquisas brasileiras.....	19
2. ACESSIBILIDADE DO SURDO NA PÓS-GRADUAÇÃO .....	35
3. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA .....	41
3.1 A pesquisa qualitativa .....	41
3.2 A escolha da pesquisa descritiva .....	41
3.3 Uma pesquisa interdisciplinar .....	42
3.4 A pesquisa narrativa.....	42
3.5 Passos da entrevista narrativa.....	44
Tabelas das entrevistadas surdas .....	45
3.6 Objeto de investigação .....	45
3.7 Os questionários.....	46
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	48
5. RESULTADOS ENCONTRADOS.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS .....	80

## INTRODUÇÃO

Para iniciar essa dissertação de mestrado, elenco primeiramente uma parte de meu passado que me influenciou a despertar o interesse pela Língua Brasileira de Sinais (Libras). Aos 6 anos de idade tive meu primeiro contato com um surdo sinalizante. Entretanto, na época ele estava, assim como eu, passando pelo processo de alfabetização. Eu em língua portuguesa e ele na Libras, frequentando escola regular.

Não terminamos a pré-escola juntos. A mãe dele conseguiu uma vaga em outra escola e daí em diante não nos vimos mais. Quando fiz 18 anos, em 2012, iniciei um curso de Libras Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Palhoça bilíngue, onde as duas línguas de instrução eram o português e a Libras. O campus trabalha com diversos cursos de formação, como animação, *stopmotion*, pacote *Windows* e *office*, cursos FIC de Libras básico, pré-intermediário, intermediário e avançado, além de ensino médio técnico e cursos de graduação e pós-graduação. No IFSC fiz um curso de Libras básico, com duração de 6 meses. Quando estava para finalizar o curso, soube do vestibular do curso Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC) campus Florianópolis. Até aquele ano não sabia da existência de um curso superior em Libras.

Durante minha graduação (2014 - 2018) em Letras Libras na UFSC vivenciei muitas situações no ambiente acadêmico, como a falta de acessibilidade por não ter intérprete de Libras em sala de aula. Com isso, muitos professores ou cancelavam a aula ou criavam uma atividade a ser entregue via *moodle*<sup>1</sup>. Ainda presenciei a falta de técnicos administrativos em educação fluentes ou que tivessem certo nível de conhecimento de Libras para o atendimento aos surdos. Diante disso, chamavam alguém que soubesse Libras ou um próprio aluno do curso para interpretar.

Foram nos momentos como aluno de graduação que precisei realizar uma interpretação para viabilizar a quebra na barreira de comunicação de surdos com ouvintes. Tal situação repetiu-se ao ingressar no programa da pós-graduação, onde realizei a disciplina e ao mesmo tempo fui intérprete de uma aluna surda, pois havia profissional contratado até aquele semestre. Essa última experiência foi a que me revelou a importância dessa pesquisa ser realizada, e o que a motivou.

---

<sup>1</sup> Ambiente virtual de aprendizagem modular, onde professores das disciplinas podem criar provas, passar avisos, postar atividades e tarefas e criar fóruns de discussão.

A referida pesquisa possibilita a argumentação e o desdobramento sobre como os discentes surdos se encontram no ensino superior, mais precisamente na pós-graduação *Stricto Sensu*. A problemática possibilita a reflexão de estudo dirigido a leituras no contexto da acessibilidade para surdos em universidades públicas brasileiras, tendo como hipótese que nas instituições não há uma continuidade de acessibilidade de surdos na pós-graduação, por falta de concursos para intérpretes de Libras.

Assim, o problema da pesquisa é: segundo a percepção de estudantes surdos de pós-graduação *stricto sensu*, como se dá a acessibilidade em uma mesma instituição pública de ensino superior do estado do Paraná? Há políticas públicas consistentes para acessibilidade dos surdos? A escolha pelo Paraná deu-se com o ingresso deste acadêmico que vos escreve, em uma universidade deste estado, onde estudam surdos na pós-graduação. Foram entrevistados três estudantes surdos de mestrado e doutorado de uma mesma instituição. A escolha pelo Paraná se deu em razão de o pesquisador residir neste Estado, e se deparar com uma realidade totalmente adversa ao vivenciado em seu estado de origem, Santa Catarina.

A acessibilidade dos surdos na pós-graduação diz respeito a ter intérprete de Libras em todos os momentos que o surdo precisa, bem como adaptações de materiais didáticos e metodologias de ensino. Tratar de dar espaço de sinalização às pessoas surdas<sup>2</sup> nos demonstra, embora de forma breve, a situação destes no ensino superior, referente à acessibilidade, possibilitando entender como os surdos estão amparados pela universidade e como estão organizadas as políticas públicas.

A temática é inovadora e a escassez de publicações na área demonstra isso. Pesquisado nas plataformas de busca do Google Acadêmico, Scielo, e periódicos da CAPES, percebeu-se a inexistência do tema da presença de alunos surdos na pós-graduação. As pesquisas centraram-se apenas no contexto escolar e de graduação. Assim, preenchendo uma lacuna, a realização dessa pesquisa demonstra a visão dos surdos sobre os desafios da pós-graduação, propiciando resultados que promovam uma discussão sobre políticas públicas adequada aos surdos.

Identificar as principais dificuldades de discentes surdos em relação à acessibilidade na pós-graduação é nosso objetivo geral. Diante disso, elenca-se os objetivos específicos: identificar quais aspectos de acessibilidade os discentes surdos necessitam na pós-

---

<sup>2</sup> Tratar de proporcionar espaço de sinalização aos surdos significa oportunizar a expressão, o que requer fazer entrevista gravada em Libras e traduzida para o português, para que aqueles que não tenham contato com surdos possam entender seus pontos de vista.

graduação; propor, a partir da perspectiva dos surdos, caminhos para aprimorar a acessibilidade deles no ensino superior; analisar as narrativas dos surdos; e compreender se há continuidade nas políticas de acessibilidade de surdos na pós-graduação.

Para isso, foram entrevistados surdos que frequentam a mesma pós-graduação em turmas diferentes.

Tem-se como hipótese de que onde não há concurso público de Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Paraná, não há como haver continuidade no processo de acessibilidade de surdos.

A relação entre o estado e a sociedade está interligada às questões políticas e governamentais. Sendo assim, as políticas públicas podem visar beneficiar e facilitar a relação estado e sociedade, possibilitando o acesso à comunicação através de planejamento, educação, transporte, segurança, lazer, dentre outros direitos sociais, conforme postula Höfling (2001). Entretanto, nosso foco é a educação de surdos na pós-graduação. A pesquisa é qualitativa, com a coleta de dados sendo realizada remotamente através de web encontros, diretamente em Libras. As entrevistas são fundamentadas em questionário semiestruturado, que objetiva o desdobramento da temática. No referencial teórico foram elencadas referências acerca do tema proposto, com a contribuição de cada texto para o contexto acadêmico e para a pesquisa.

O aumento de surdos ingressando no ensino superior subiu nos últimos anos (Sanches; Silva, 2019, p. 3). Tal aumento é evidenciado também por Quadros e Stumpf (2014, p. 13), quando discorrem que em 2002 o total de alunos surdos no ensino superior era de 344 alunos e em 2005 passou a ser 2.428. Ou seja, houve um aumento de 705% de surdos no ensino superior. Com isso, cresce juntamente a esse aumento a preocupação com a acessibilidade destes estudantes nas universidades.

Como os sujeitos surdos avaliam as condições de acessibilidade no ensino superior? Esta é a pergunta que nos envolve a realizar esta pesquisa, pergunta que nos leva a muitas indagações. Os sujeitos da pesquisa são os discentes surdos, com sua cultura e identidade próprias, com a Libras, língua natural, como sua primeira língua, estudando em um ambiente acadêmico com ou sem intérprete de Libras, aprendendo e se desenvolvendo em conteúdo em português escrito, sua segunda língua. Cabe entender se estudantes surdos estão tendo condições de acessibilidade no que diz respeito a conteúdos, nas interações entre acadêmicos, ou seja, se na universidade estão incluídos ou excluídos.

A pesquisa sobre acessibilidade de surdos na pós-graduação é importante por diversas razões. Em primeiro lugar, a inclusão de pessoas surdas em todos os aspectos da sociedade é um direito, garantido pela legislação brasileira, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/1996. Portanto, garantir que as pessoas surdas tenham acesso à educação superior, incluindo a pós-graduação, é uma questão de justiça social e igualdade de oportunidades.

Além disso, a pós-graduação é um espaço de produção de conhecimento e inovação, onde novas ideias e tecnologias são desenvolvidas. A inclusão de pessoas surdas neste ambiente pode trazer perspectivas diferentes e enriquecer o debate acadêmico. Além disso, garantir a acessibilidade na pós-graduação pode contribuir para a formação de uma nova geração de investigadores sensíveis às questões de acessibilidade e inclusão.

A pesquisa sobre acessibilidade de surdos na pós-graduação pode ajudar a identificar e resolver as barreiras existentes para a inclusão de pessoas surdas neste ambiente. Isso pode incluir a identificação de práticas e tecnologias que facilitam a comunicação e o aprendizado para pessoas surdas, bem como a conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da acessibilidade.

O primeiro capítulo, intitulado "acessibilidade de discentes surdos para além das fronteiras brasileiras", apresenta levantamento de pesquisas sobre acessibilidade no ensino superior, no Brasil e no exterior. As pesquisas encontradas são apenas realizadas na graduação, tanto no âmbito brasileiro quanto internacional, demonstrando os diversos tratamentos dados aos discentes surdos.

No capítulo dois exploramos a acessibilidade de surdos na pós-graduação, analisando pesquisas realizadas tanto no Brasil quanto no exterior. Discutimos as legislações brasileiras relacionadas a Libras e, também, os desafios enfrentados pelos surdos no acesso à educação. Discute-se desde as construções teóricas, abordando nas legislações e programas que propiciam a permanência e a acessibilidade de surdos no ensino superior, até algumas problemáticas enfrentadas por alunos surdos na graduação, deslindando o que vem a ser acessibilidade.

O capítulo três discute as construções metodológicas que exemplificam a trajetória da geração de dados, os entrevistados, a metodologia utilizada na pesquisa, a forma como foram tratados os entrevistados e os dados, bem como a análise propriamente dita.

O capítulo quatro, além de aprofundar a análise dos dados gerados a partir das narrativas em Libras discute a acessibilidade para alunos surdos na pós-graduação.

Por fim, o capítulo cinco aborda os resultados encontrados nas análises das entrevistas, comparando a realidade com as necessidades dos surdos.

## 1. ACESSIBILIDADE DE DISCENTES SURDOS PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

A relação da acessibilidade de surdos vem ganhando seu espaço em sociedade. No que diz respeito à acessibilidade no ambiente acadêmico, ela se faz de forma muito lenta e inicial. Com isso, buscamos entender a problemática da inclusão de alunos surdos na pós-graduação através das publicações a respeito da acessibilidade.

Para começar, organizamos as pesquisas envolvendo a presença de surdos no ensino superior realizadas no exterior, apresentando-se primeiramente as mais antigas e prosseguindo até as mais atuais. Primeiramente foi pesquisado acessibilidade na pós-graduação no contexto brasileiro, sem resultados, em segundo no exterior, também sem resultado. A partir disso, pesquisamos trabalhos a nível de graduação, com recorte temporal entre 2012 há 2022. Posteriormente, realizamos os mesmos procedimentos para demonstrar as pesquisas realizadas no Brasil. A seguir, discutimos e apresentamos as pesquisas encontradas.

Um primeiro trabalho analisado e que contribui para a discussão proposta na presente dissertação é o estudo de Ertl (2017). Realizada na Áustria, a pesquisa com pessoas surdas e com perda auditiva aponta que, historicamente, mesmo que os surdos tenham sido tratados como uma segunda sociedade, subordinada a dos ouvintes, ingressam no sistema educacional Austríaco. Entretanto, existem na Áustria escolas com métodos próprios para a educação de surdos, embora não ofereçam a oportunidade de concluir o ensino médio com o Matura<sup>3</sup>. Para que os surdos possam ingressar na universidade na Áustria eles precisam cursar o ensino médio em uma escola regular, sendo que a metodologia de ensino é a oral, ou seja, para que os estudantes possam ingressar na graduação, precisam sofrer com a exclusão e a opressão de sua língua de sinais, corrompendo o seu direito linguístico. Em contraste com a educação e a linguística, nas quais existem muitos trabalhos científicos sobre surdez, deficiência auditiva e línguas de sinais, a sociologia austríaca até agora quase não tratou desses tópicos, conforme critica Ertl (2017).

Abuya e Githingi (2022) realizaram um estudo com base em dados de campo, analisando as experiências de alunos com surdez e cegueira em universidades selecionadas no Quênia. Os autores argumentam que esses alunos enfrentam discriminação nessas

---

<sup>3</sup>O título de admissão mais usado para estudos universitários na Áustria.

instituições. O estudo focou três espaços onde os cegos e os surdos são excluídos: no processo de admissão, no aprendizado e nos ambientes de exame. Para combater o tratamento injusto identificado, a pesquisa de campo propôs três soluções que os cegos e os surdos e as partes interessadas devem considerar. Primeiro faz-se necessário o envolvimento ativo dos docentes. Em segundo lugar, as universidades devem fornecer informações adequadas e oportunas aos discentes. Por fim, em terceiro, as universidades devem investir em instalações adequadas para os discentes.

Durango (2018) demonstra que a lacuna das universidades da América Latina reflete o contexto social, mais especificamente na Colômbia, onde realizou seu estudo. O autor aponta que as pesquisas priorizam determinadas comunidades, deixando de lado a riqueza cultural e linguística de comunidades que fazem parte da mesma realidade social. Um caso específico é o da comunidade surda, cujo acesso à educação é muito pequeno; mesmo aqueles que entram na universidade podem enfrentar condições hostis e distanciamento de uma educação humanista. Em geral, os processos de inclusão dos surdos no ensino superior estão apenas no início. Com o estudo realizado, o autor estabelece algumas estratégias que podem ser adaptadas nas instituições universitárias, a fim de alcançar transformações pertinentes para uma educação popular que inclua essas minorias na Colômbia. Neste país, as estratégias que estão sendo utilizadas são a contratação de intérprete de língua de sinais colombiana e, ainda, a criação de espaços para sensibilizar a comunidade acadêmica, já que a universidade não se resume a salas de aulas. Durango (2018) defende que trabalhos escritos devem poder ser substituídos por apresentação ou vídeo em língua de sinais, visando melhor acessibilidade dos surdos, já que a língua de sinais é sua primeira língua. O aluno surdo tem direito a uma bolsa e para isso deve realizar atividades extras. Também devem ser ofertadas horas de curso de língua de sinais colombiana para comunidade acadêmica.

Witchs, Lopes e Coelho (2019) analisam um conjunto de políticas linguísticas da educação de surdos em Portugal. O estudo visa demonstrar como os conhecimentos sobre a surdez se relacionam com as normativas de comportamentos linguísticos dos surdos e sua forma de ser surdo na contemporaneidade. Os documentos legais, que regulamentam a educação de surdos em Portugal, foram utilizados na análise, onde são percebidas recorrências discursivas que permitem pensar a produção de formas universais possíveis de ser surdo, governáveis principalmente pelo uso da língua, seja ela de sinais ou oral. Essas

formas de ser podem ser pensadas para além de um território geográfico, uma vez que se inspiram em saberes e tendências internacionais da educação de surdos.

Vai e Marsili (2019) apresentam um estudo que trata do direito à educação superior a todas as pessoas no Brasil. A pesquisa teve seu início após dois alunos surdos ingressarem nos cursos de Educação Física. A partir desse momento foi implementado um dispositivo que visa acompanhar as trajetórias acadêmicas, com base no chamado Desenho Universal. Tal dispositivo visa a experiência de ensino e aprendizagem na disciplina "Vida na Natureza" e coloca no centro da discussão o direito à educação superior para todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção. Nesta disciplina os alunos aprendem na prática o processo de acessibilidade criado em 2007 pelo Conselho Nacional Interuniversitário (CIN), que aprovou, pela resolução N° 426/2007, o programa de acessibilidade integral em universidades públicas, o que contém três componentes a serem desenvolvidos nas universidades públicas: acessibilidade física; acessibilidade acadêmica e de comunicação.

Guijarro (2021) realizou uma pesquisa em universidade do Equador, a Pontificia Universidad Católica del Ecuador. A pesquisa revelou um perfil de alunos surdos sinalizantes, propiciando um guia metodológico para o trabalho docente, com o objetivo de analisar as estratégias que são utilizadas para ensinar alunos surdos. Para o levantamento do perfil dos alunos surdos sinalizantes, foi utilizada a escala padronizada correspondente ao modelo *mFree*, com questionários semiestruturados para trabalhar com diversidades. O modelo *mFree* é um *software* de ensino, contendo vídeos, imagens e infográficos.

Também no Equador, Charpentier (2022) pesquisou a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, a partir de questionamento aos conceitos e premissas que definiram a incapacidade, focalizando-as políticas sobre educação e deficiência para aqueles que ingressaram na universidade nesse país. Através de sua pesquisa, defendeu que sejam tratadas as questões familiares e de identidade surda, promovendo contatos entre escola, universidade e famílias de surdos.

Coss e Coss (2022) realizaram estudo de caso sobre a viabilidade da plataforma MS Teams como estratégia educacional adotada pela Universidade Autônoma de Nuevo León, no México, como uma medida emergente derivada da pandemia do COVID-19. Através do estudo, foram obtidas as perspectivas de cinco alunos deficientes auditivos pertencentes ao programa de inclusão da Faculdade de Engenharia Mecânica e Elétrica. O estudo aponta para as várias formas de tornar as aulas por meio de plataforma acessíveis aos surdos, como, por exemplo, trabalhos extraclasse e utilização de legendas nas aulas gravadas.

Portanto, foram encontradas oito pesquisas no exterior que retratam principalmente sobre a falta de acessibilidade para surdos no ensino superior. As pesquisas apontam que a falta de acessibilidade já se inicia no exame de admissão na universidade. A interação com colegas ouvintes, a questão de identidade surda e a família dos surdos foram temáticas recorrentes destes estudos.

### **1.1 Acessibilidade de surdos segundo as pesquisas brasileiras**

Os dados demonstrados no capítulo 2 e no subcapítulo 2.1 foram encontrados em buscas realizadas nas plataformas *Google* acadêmico, *Scielo*, e periódicos da CAPES. Com isso, foram encontradas sete pesquisas, selecionados por serem as que mais se aproximam da temática desta dissertação.

Bisol *et al* (2013) buscaram compreender o cotidiano dos alunos surdos no ensino superior que frequentaram escolas bilíngues e que possuem identidade surda. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada com cinco surdos com idades entre 21 e 27 anos, matriculados em cursos de graduação e submetidos a entrevistas individuais semiestruturadas. O estudo demonstrou o desafio da adaptação dos alunos surdos a um ambiente ouvinte, bem como as dificuldades de transitar entre os dois idiomas, o português e a Libras.

Martins e Napolitano(2017) argumentam que o número de estudantes surdos no nível superior tem crescido nas primeiras décadas do século XXI. O texto em questão problematiza as conquistas e os avanços de universitários surdos, usuários da Libras, discutindo também aspectos legais e judiciais que contribuam para o fortalecimento da acessibilidade de surdos nas instituições de ensino superior no Brasil.

Mesquita (2018) discute o acesso da pessoa surda ao ensino superior brasileiro, considerando os limites e avanços das políticas públicas educacionais de inclusão, por meio de questionários com pessoas surdas que concluíram o ensino médio em uma escola da rede pública de Pernambuco. Concluiu que as principais barreiras de acesso ao ensino superior são a falta de reconhecimento da Libras como primeira língua e a dificuldade de aquisição da língua portuguesa. Entretanto, o principal avanço para a situação está na educação bilíngue de surdos.

Sanches e Silva (2019) procuraram compreender o processo de inclusão dos estudantes surdos no curso de graduação em Pedagogia, no ensino superior brasileiro. Para

atingir este objetivo, foi utilizada a entrevista sem diretiva a três estudantes surdos e a observação das aulas de três professores destes alunos. Trata-se de uma investigação qualitativa, de natureza descritiva/interpretativa, que analisa os sujeitos no seu contexto e valoriza a interação que se estabelece entre eles. A conclusão da pesquisa estabelece que os estudantes surdos se esforçam para aprender na sala de aula, para se incluírem, para aprenderem junto com os ouvintes. Entretanto, no sistema inclusivo, o intérprete de Libras realiza um papel fundamental neste processo.

Borges (2020) concluiu, em sua pesquisa, que a acessibilidade no meio acadêmico ocorre quando há respeito à diversidade física e linguística. No caso do surdo pertencente a uma comunidade linguística minoritária, a acessibilidade à comunicação deve ser respeitada. Para averiguar como ocorre sua inclusão no Ensino Superior, Borges (2020) realizou uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo e quantitativo, em uma Instituição de Ensino Superior na cidade de Caldas Novas-GO. A pesquisa se deu através de entrevista realizada no ingresso do discente e no final da graduação de alunos formados nos cursos de Pedagogia, Engenharia Ambiental e Ciências Biológicas. A conclusão foi de que a IES pesquisada proporciona mecanismos de acessibilidade comunicacional, porém há ainda muito por fazer, como a capacitação de docentes, a superação da falta de intérprete na sala de aula e a aceitação dos alunos surdos pelos ouvintes.

Viana e Gomes (2020), em pesquisa bibliográfica, realizaram um levantamento de pesquisas relacionando os temas: estudantes surdos; surdos no Ensino Superior; universitários surdos e a legislação vigente. Obtiveram como resultado poucos trabalhos relacionados com a temática, sugerindo, assim, que as investigações tratando do surdo no ensino superior constituem área a ser explorada. Com essa questão, os autores desenvolveram a reflexão sobre o papel do professor ouvinte e do TILs - Tradutor e intérprete de Libras, em função da existência de um aluno surdo no ensino superior.

Paiva e Melo (2021) buscaram conhecer a acessibilidade linguística da pessoa surda em políticas que foram implementadas pelo Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa - CLLLP da Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN. A pesquisa consistiu em entrevistar em Libras 7 alunos surdos do curso, com questões sobre a acessibilidade linguística. Através destas entrevistas, verificou-se as ações da instituição para promover a acessibilidade e outras reestruturações. O processo de ingresso na instituição acontece em duas etapas, a primeira sendo uma prova objetiva em Libras e, a segunda, uma redação em

português escrito. Como políticas de inclusão, foram verificadas: aulas ministradas por professores bilíngues, presença dos intérpretes e realização de atividades em Libras.

As pesquisas realizadas no Brasil ou no exterior abrangem a temática da acessibilidade de surdos no ensino superior e a inclusão no ambiente acadêmico, tratando sobre as relações dos surdos com professores, colegas de classe e a instituição. Todas as pesquisas trazem sugestões de melhorias ou estratégias que as instituições adotaram para suprir a demanda dos surdos no ensino superior. Contudo, o levantamento bibliográfico demonstra uma lacuna em pesquisas tratando da acessibilidade de surdos na pós-graduação, tanto no Brasil quanto no exterior. As descobertas apontam sempre para o processo de ingresso e permanência no ensino superior no nível de graduação.

Cabe aqui lembrar que esta pesquisa que realizaremos não se constitui sobre o surdo no ensino superior no nível de graduação, como apresentado nas pesquisas analisadas, mas sim na pós-graduação, seja no nível de especialização, mestrado ou doutorado. Devido a essa grande lacuna, tal pesquisa é de fundamental importância para a comunidade surda e para as universidades que recebem surdos em seu corpo discente, embora de forma enxuta, devido à demanda do tempo disponível para o mestrado.

Após passar grande parte do tempo procurando por essas pesquisas, suscitou-se o questionamento sobre qual seria o motivo de não se ter essas referências. De acordo com a *WFD*<sup>4</sup> - *World Federation of the Deaf*, Federação Mundial de Surdos que elaborou um material sobre o reconhecimento das línguas de sinais pelo mundo, existem 75 países com suas línguas de sinais reconhecidas. Analisamos, neste estudo, apenas aqueles sobre os quais encontramos alguma publicação a respeito de surdos no ensino superior e condições de acessibilidade, abrangendo os seguintes países e seus respectivos anos de reconhecimento de sua língua de sinais: Colômbia em 1996, Portugal em 1997, México em 2005, Áustria em 2005, Equador em 2008, Quênia em 2010, Brasil em 2002.

Entretanto, cada país trata dos surdos e de suas línguas de sinais de forma ou semelhante ou divergente. Uns abordam o surdo como surdo, outros como deficiente auditivo. Isso implica em como a sociedade possui uma visão sobre os surdos, como subordinados, na situação da Áustria, ou como um sujeito de identidade e cultura próprias, como no Brasil e na Colômbia. Apesar dessas visões, não significa que no país onde os

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://wfdeaf.org/news/the-legal-recognition-of-national-sign-languages/> Acesso em 01 dez. 2024

surdos são reconhecidos pelas suas capacidades e habilidades haja efetivo respeito em ambos os aspectos, seja linguístico, social, étnico ou cultural/ identitário.

No contexto dos surdos brasileiros, a luta pela Libras se inicia nos primórdios da primeira escola de surdos no Brasil, o INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos. Desde o ano de 1857 a comunidade surda vem buscando valorização da Libras no Brasil e a implementação de políticas linguísticas, visando o direito linguístico para surdos.

O campo dos direitos linguísticos, diferentemente daquilo que muitos ainda pensam, não se constitui apenas por uma lista de direitos individuais e/ou coletivos aos quais as pessoas fazem jus. Mais que isso, diz respeito a uma Teoria dos Direitos Linguísticos que fundamenta o estudo das normas de direito linguístico, quando estes estão vinculados aos direitos humanos, ao direito constitucional, ao direito administrativo etc. Interessa-se, igualmente, pelas fontes desse direito linguístico (direito internacional dos direitos humanos, direito constitucional, direito comparado, costumes das populações etc.); pela identificação de princípios aplicáveis a essas normas (territorialidade, personalidade etc.); pela identificação de metaprincípios geradores dessas normas (dignidade humana, igualdade etc.); pelas possibilidades hermenêuticas e de aplicação das normas de direito linguístico aos casos concretos, bem como pelas formas jurídicas de garantia de materialização desses direitos linguísticos a todos os seres humanos. (Abreu, 2019, p. 51-52).

O direito linguístico é o conjunto de normas e princípios que garantem o uso e a proteção das línguas em uma sociedade. Engloba o direito à educação em sua língua, mesmo sendo uma língua minoritária, o direito ao uso de suas línguas em espaços públicos e privados de educação, e a presença de intérprete de Libras em espaços de Saúde e justiça. Esses direitos possuem um importante papel na preservação da identidade cultural e linguística das pessoas surdas.

Entretanto, é importante realçar que o direito ao uso da língua materna pelos surdos vai além do ambiente acadêmico escolar, pois alude também a contextos públicos e privados, educação, entidades, órgãos do governo, meios de comunicação e redes sociais. A educação em língua materna, na modalidade bilingue ou multilíngue, promove o desenvolvimento e a competência na própria língua materna e em outras línguas de relevância social.

Estamos diante de um processo simbólico de negociação política a língua de sinais brasileira e a língua portuguesa na sociedade, incluindo o espaço educacional em que o surdo está inserido. Os espaços políticos que cada língua representa para uns e para outros não são os mesmos. Os surdos querem ter a LIBRAS como a sua língua de instrução, sua língua para se comunicar com o mundo, compreender e interagir. Querem aprender o português, para que possam ter acesso aos documentos oficiais que são feitos nesta língua (leis, recibos,

documentos) e exercer sua cidadania; para ter acesso a informações, à literatura e aos conhecimentos científicos. Alguns, inclusive, querem aprender outras línguas. (Quadros; Paterno, 2006, p.22).

Esse reforço no processo de instrução dos surdos com conteúdos sendo ministrados direta ou indiretamente favorece muito em seu desenvolvimento, além de colaborar para o despertar para outras possibilidades linguísticas. O próprio decreto 5.626/2005 aborda tais políticas linguísticas, Piconi (2019, p. 24) declara isso quando afirma:

O Decreto no 5.626, ao trazer as políticas educacionais ao centro da política linguística oficial para a Libras, aproximou diferentes demandas que se apresentavam na esfera pública no mesmo momento histórico. Desse modo, concilia diferentes interesses na sua constituição, atende aos compromissos firmados junto a organismos internacionais a respeito das políticas educacionais para pessoas com deficiência sob a perspectiva de inclusão, atendendo a interesses sociais, políticos e econômicos envolvidos, ao mesmo tempo que se apropria de discursos produzidos no contexto do movimento social surdo que lutavam por mudanças na educação dos surdos desde o reconhecimento da Libras.

Entretanto, os avanços legislativos do Brasil nem sempre são garantia de direitos, principalmente quando não há uma fiscalização e não há a execução de tais legislações. Contudo, é importante elencar que as políticas linguísticas ainda mantêm uma hierarquia vertical entre o Português e as demais línguas no Brasil, apesar de algumas iniciativas no sentido de reconhecimento das "diversidades" linguísticas dos países. (Quadros e Paterno, 2006, p. 22).

O direito linguístico é uma ferramenta fundamental para promoção e proteção da diversidade linguística e cultural presente no Brasil. Ele é o meio fundamental para garantir a igualdade de direito entre as pessoas de diversas culturas e línguas minoritárias presentes no Brasil.

Faz-se necessário pensar que o estudo sobre políticas linguísticas para surdos, acessibilidade no ensino superior em suas modalidades aplicáveis aos surdos, e o direito linguístico, são insolúveis, não se separam. Com isso, cada um se interliga e relaciona com o anterior e o antecessor, num ciclo perpétuo, sendo que todos devem funcionar plenamente para garantir a permanência de surdos no ensino superior e seus respectivos níveis.

No Brasil, os pesquisadores surdos que atuam na área de educação de surdos vêm desenvolvendo um trabalho de pesquisas desde antes da aprovação da Lei de Libras em 2002. Embora os precursores surdos venham demonstrando suas pesquisas ao decorrer dos anos, ainda assim esses trabalhos publicados no Brasil só têm um real reconhecimento

quando foram escritos em português. Entretanto, as revistas sempre aceitam pesquisas, desde que estejam de acordo com suas regras e escritas em português, ou em outro idioma oral auditivo. Ou seja, não há periódicos científicos que aceitem trabalhos gravados em Libras.

Referenciando os surdos a partir do discorrido acima, estes sempre devem produzir artigos em português escrito? Onde está seu direito linguístico? Quem irá entender essa problemática? A produção de artigos para os surdos é constantemente uma questão de frustração e de gastos, frustração por escrever em sua segunda língua, cometendo erros de estruturação e conectivos, gastos por precisar pagar um profissional para realizar a correção dos textos que esse surdo produz.

Todavia, há uma revista brasileira de vídeo-registro em Libras, criada pela UFSC Universidade Federal de Santa Catarina, com sua primeira edição em 2013, que possui Qualis e ISSN assim como as demais revistas acadêmicas. Deste modo, propicia aos surdos uma alternativa de produção científica em sua própria língua, a Libras.

A problemática se inicia quando tal publicação não é por conta própria, e sim pela produção de artigos como atividades complementares de estudos da pós-graduação, seja a nível de mestrado ou doutorado, devido aos programas de pós-graduação exigirem publicações com um nível de qualis específico. E ao observar a quantidade de artigos desta revista, levanta-se a segunda hipótese: é muito menos trabalhoso escrever um artigo em português no computador, pagar para um profissional para fazer as correções, do que gravar o artigo em Libras e, no meio da gravação de 10 minutos, verificar que um sinal está errado. E nesse caso não dá para simplesmente colocar o mouse em cima do sinal e apertar o `õbackspaceõ` no teclado, é preciso apagar o vídeo e gravar novamente todo o conteúdo.

Os surdos precursores da área da Libras, da política linguística e do direito linguístico são doutores atuantes da causa e ativistas do movimento da educação bilíngue de surdos. Surdos estes como Campello (2007, 2008, 2014, 2023), que pesquisa a respeito da educação visual para surdos e sua importância, além da educação bilíngue para surdos. Rezende (2014, 2020, 2022, 2023) defende a educação bilíngue de surdos, o uso da Libras como língua de instrução nos espaços escolares e a comunidade surda como comunidade linguística. Stumpf (2016, 2018) luta pela escrita de sinais dos surdos como uma ferramenta de desenvolvimento linguístico para surdos, estuda a linguística da Libras e a educação bilíngue de surdos. Schmitt (2008, 2015) trabalha o espaço de conforto linguístico de surdos e a educação de surdos no espaço escolar de Santa Catarina.

Estes são os achados que apresentam mais ativismo na área do direito linguístico de surdos, mesmo que de forma indireta ou diretamente ligado às ações e pesquisas, porém os estudos são focalizados mais nos espaços escolares do que no ensino superior.

O direito linguístico de surdos não está apenas atrelado a publicações e pesquisas na área. Ademais, buscar entender como funciona e como se deu o processo histórico de educação de surdos contribui para entender os movimentos sociais e acadêmicos linguísticos dos surdos.

A educação de surdos é uma das principais lutas da Comunidade Surda. Trata-se de uma história secular de lutas por visibilidade, acessibilidade linguística, por um espaço que vem sendo conquistado, pouco a pouco, e remonta a nossos ancestrais surdos. (Rezende, 2022, p.102).

A luta pela educação bilíngue de surdos traz consigo o direito linguístico, pois o direito linguístico dos surdos é aprender por meio da Libras, tendo ela como língua de instrução em sala de aula por professores bilíngues. Automaticamente o direito linguístico está garantido ela aprovação da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mas o problema da inclusão é bem mais difícil de resolver.

Tal ordenamento jurídico traz consigo a modalidade de educação bilíngue para surdos, seja em sala de aula, ou em escola bilíngue, mas não demonstra por qual vertente de bilinguismo. Mesmo que a comunidade surda entenda que o professor que atua em sala de aula siga a vertente de ser fluente nos dois idiomas, Libras e português, a lei que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e educação bilíngue para surdos não orienta como isso será realizado. O que consta apenas é que a educação bilíngue para surdos é a aprendizagem da língua de sinais como primeira língua (L1) para a comunidade surda, e a língua portuguesa na modalidade escrita é a segunda língua (L2), aprendida por meio da língua de sinais.

Assim, a educação de surdos na perspectiva bilíngue toma uma forma que transcende as questões puramente linguísticas. Para além da língua de sinais e do português, esta educação situa-se no contexto de garantia de acesso e permanência na escola. Essa escola está sendo definida pelos próprios movimentos surdos: marca fundamental da consolidação de uma educação de surdos em um país que se entende equivocadamente monolíngue. O confronto se faz necessário para que se constitua uma educação verdadeira: multilíngue e multicultural. Assim, no Brasil, o fenômeno do bilinguismo apresenta outras dimensões. (Quadros, 2010, p. 35)

Não se sabe, no entanto, se haverá professores surdos para alunos surdos ou apenas presença de intérprete de Libras nas escolas. Isso remete à problemática levantada por

Bloomfield (1935), no texto *o controle nativo de duas línguas*, acerca das dificuldades enfrentadas nas políticas educacionais em contextos bilíngues.

Para promoção de políticas linguísticas de surdos no âmbito legislativo, temos a criação da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua de comunicação e expressão de comunidade surda brasileira, regulamentada pelo decreto federal nº 5.626/2005. Além disso, tem-se a lei do intérprete de Libras, Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão do tradutor intérprete de Libras, trazendo em seu bojo a necessidade de uma formação bilíngue, Libras/Português para o ouvinte que se tornará intérprete.

Todavia há um impedimento de em eventos acadêmicos da pós-graduação os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais interpretem de outra língua para Libras. A solução para essa situação geralmente são duas: ou a instituição, na contratação ou no concurso, exija que o profissional saiba uma língua estrangeira em específico, ou é contratado um intérprete dessa língua estrangeira para traduzir para o português e aí sim o intérprete de Libras interpreta para Libras.

A lei 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) não alude ao surdo, mas sim à deficiência auditiva, e assegura que o candidato a adquirir carteira de motorista terá os seguintes direitos:

Art. 147-A. Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação.

§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítulo com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.

§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas. (Brasil, 2015).

Já a lei nº 14.191/2021 inclui a educação bilíngue de surdos como modalidade de educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996), porém, sem delimitar onde e como esta pode ocorrer, possibilitando que apenas a contratação de Tradutor e Intérprete de Libras na escola regular se constitua como educação bilíngue de surdos, como se pode observar:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais

(Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Portanto, no que se refere ao avanço em relação à educação bilíngue de surdos, como ela é idealizada pelas lutas das comunidades surdas ao redor do mundo e concretizada em experiências exitosas em outros países, o avanço é pequeno.

A mesma falta de avanço se observa na chamada Lei de Libras, Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. A lei reconhece a existência da Libras, porém, não considera que esta possa substituir a língua portuguesa. Na prática, a lei dificulta que os surdos possam realizar provas em Libras. Além disso, é vaga no que se refere ao atendimento à pessoa surda nos sistemas públicos, possibilitando que a contratação de profissionais intérprete de Libras nos espaços de educação, saúde e justiça seja opcional.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (Brasil, 2002).

Quando a lei utiliza o termo reconhecer, não torna a Libras uma língua oficial, mas afirma que o estado entende que a língua de uma determinada comunidade minoritária linguística (Libras) é a língua daquela comunidade linguística, não a tornando oficial, não sendo o país bilíngue, e, com isso, sem a projeção da língua em documentos oficiais do país.

Para tornar a situação mais desafiadora, a mesma lei argumenta que a Libras não pode substituir o português escrito, sendo assim, surge então uma barreira no direito linguístico e na acessibilidade de surdos, em concursos públicos, processos seletivos, exames vestibulares, exames no departamento de trânsito, entre outras situações, nas quais o direito linguístico dos surdos é prejudicado.

Portanto, o não favorecimento do uso da Libras como forma de realizar exames, de responder perguntas principalmente em exames vestibulares e de pós-graduação, acarreta a falta de acessibilidade comunicacional dos surdos nesses espaços.

Tal parágrafo único entra em contradição com a lei nº 13.146/ 2015, que, em seu artigo 3º inciso V, argumenta:

comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (Brasil, 2015).

Além de elencar outro ponto importante, também ao afirmar que o § 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras. (Brasil, 2015), uma vertente que incentiva a produção acadêmica em Libras contradiz a própria lei de Libras, que impossibilita o surdo de poder usufruir do direito linguístico.

Outra legislação que se encontra em controvérsia é a lei de Libras, a lei nº 9.503/1997, que institui o código de trânsito brasileiro e nela se encontra condições de acessibilidade para surdos no processo de habilitação:

§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítulo com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.

§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas. (Brasil, 1997).

Tais legislações encontram-se em presente desacordo, pois promover acessibilidade para surdos no ambiente acadêmico e em instituições de formação de condutores requer uma acessibilidade comunicacional, e ao mesmo tempo promover essa acessibilidade está descumprindo a lei de Libras, pois a Libras não pode substituir o Português.

O que constitui uma segurança para as pessoas surdas é a empatia das pessoas que as recebem, as atendem ou as que as ensinam. Hoje a acessibilidade de surdos no ensino superior está muito aliada à empatia dos envolvidos, ou seja, a capacidade de saber se colocar no lugar do outro é o primeiro passo, promover a acessibilidade é o segundo passo, embora o segundo seja o mais áspero a se fazer, principalmente quando se depende da contratação de um intérprete de Libras.

O conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência publicou a recomendação 001, de 15 de julho de 2010, que orienta sobre a legislação para surdos em concurso público, documento que traz consigo o direito linguístico de surdos e acessibilidade comunicacional:

2.1. Os editais deverão ser disponibilizados e operacionalizados de forma bilíngue, com vídeo em Língua Brasileira de Sinais - Libras.

2.2. Deverá o sistema de inscrição do candidato ao concurso prever opções em que o candidato surdo ou com deficiência auditiva realize suas provas objetivas, discursivas e/ou de redação, em Língua Brasileira de Sinais ó LIBRAS. (Brasil, 2010).

Com isso, novamente entra-se em contradição com a lei de Libras, impossibilitando aos candidatos surdos, no viés da lei de Libras, usá-la para responder questões. Ainda assim, dependendo do certame, da instituição e do edital, como os surdos podem garantir seus direitos? Na fase de recursos desses processos, muitas vezes a própria banca já entende a situação e organiza a questão de acessibilidade, realizando prova em Libras com intérpretes de Libras, com correção do português do candidato surdo como sua segunda língua.

Apesar de todos os esforços da comunidade surda para promover a acessibilidade através das legislações, essas muitas vezes são criadas por pessoas que não possuem conhecimento na área. Um exemplo disso é a palavra *õlinguagemö* de sinais, empregada nos textos dos editais, ao invés de língua, podemos citar aqui uma situação que aconteceu no *õplano único de classificação e retribuição de cargos e empregos descrição do cargoö* onde diz a função do cargo ser a de traduzir e interpretar a linguagem brasileira de sinais.

A partir do pressuposto que uma língua é uma língua, torná-la oficial ou cooficial não é uma tarefa fácil. Fazer entender o estado de que determinada língua tem esse status de língua requer um caminho burocrático para tal. Um dos processos é demonstrar, através de corpus de pesquisas, a estrutura gramatical, a linguística de uma língua, para que essa assim possa ser inventariada e catalogada, e com isso possa ter um caráter de língua entendida pelo estado, conforme explicita o decreto 7.387/2010, que institui o inventário nacional da diversidade linguística e dá outras providências. Quando afirma que receberá o título de *õReferência Cultural Brasileiraö*, toda língua reconhecida deverá passar por todos os processos e ser incluída no inventário nacional.

O objetivo de ter a língua incluída no inventário serve para que esta possa receber do estado ações de reconhecimento e valorização da memória, da história e da identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira e promoção da língua por parte do poder

público. Todavia, esse processo não é fácil, é preciso entender alguns aspectos que envolvem e influenciam na acessibilidade e no direito linguístico de surdos.

De acordo com Soares e Sousa, (2014):

Definitivamente, a política está intrínseca à língua, e a discussão das políticas linguísticas no Brasil indicou que: a) a língua não é apenas um instrumento de inclusão, mas também de exclusão social, principalmente para aqueles que não dominam a língua reconhecida na sociedade; b) a intervenção na língua pode ser utilizada como um meio para se atingir determinados fins, ou seja, a política linguística pode se constituir como um instrumento para o alcance de objetivos políticos, econômicos, ou de outras ordens (e.g.: a política pombalina); c) a necessidade de policiar, controlar uma língua caracteriza também nossa cultura linguística, definindo valores, preconceitos, restrições em relações às línguas e suas variedades.

A língua oficial do Brasil, que está descrita na Constituição Brasileira de 1988, é o Português. Com isso sabe-se que no Brasil há a circulação de diversas línguas, seja de imigração, nacionais (indígenas), as dos colonizadores, das colônias alemãs, italianas, polonesas, chinesas, além das línguas em contato, quando se trata do contexto fronteiriço. Por hora, na sala de aula da pós-graduação, a língua pode ser causa de exclusão, segregação ou integração, ou, por outro lado, de inclusão.

A grande variável nos casos de exclusão não é apenas a presença do intérprete em sala de aula. Certamente a presença desse profissional é importante. Entretanto, a variável pode ser a falta de empatia dos colegas, o desinteresse ou o desrespeito. Outra variável é a do professor em sala de aula, que pode não compreender a cultura e a identidade que estão subjacentes a uma língua.

O não aceite do aluno realizar suas atividades e trabalhos em sua língua, a Libras, mesmo tendo o professor condições de correção da atividade com um intérprete de Libras que fará a tradução/interpretação para o português, é um fator de exclusão. É preciso ter cuidado no ambiente em que o surdo esteja, para que mesmo estando incluído na visão dos ouvintes, o surdo não se sinta excluído ou segregado em sala de aula. É preciso questionar o aluno surdo, deixar que se imponha, que pergunte, que responda, que ocupe seu espaço, assim como os outros.

Apesar dos esforços com os estudos, os surdos sempre precisarão ter o dobro de trabalho para adquirir conhecimento em relação aos ouvintes. Os ouvintes conseguem a maioria dos materiais de estudo necessários em sua língua.

Outra forma de relação de poder com a língua foi muito bem percebida pela comunidade surda durante o período das eleições para presidente do Brasil em 2022. A

princípio, sempre foi delimitado nos programas eleitorais, até mesmo em comícios, uma pequena janela no canto inferior direito da televisão para o intérprete de Libras.

Com a disputa acirrada entre apenas dois candidatos, percebeu-se a estratégia de usar o discurso juntamente com o intérprete ao lado do candidato, sendo realizado por ambos os candidatos. Não havia mais a janela minúscula do intérprete. Quando precisaram de mais eleitores essa foi a principal estratégia de comunicação, com o intuito de atrair e dizer, nós pensamos nos surdos. Após o período das eleições, verificamos a volta da pequena janela do intérprete encolhido no canto inferior direito da televisão.

Outra questão é o fato de a língua possuir uma cultura e representar a identidade de seus usuários.

Em razão disso, a língua é elemento fundamental da diversidade cultural e, portanto, não se pode falar em direitos culturais linguísticos e em direito fundamental ao patrimônio cultural linguístico sem considerar o acolhimento, pelo ordenamento jurídico, do respeito à língua materna e do reconhecimento direito da comunidade de se expressar de acordo com os valores que afirmam sua identidade cultural. (Soares, 2008, p.84).

A importância de poder se expressar em sua língua materna envolve problemáticas relacionadas à opressão aos surdos, sentimento de vergonha quando se é o único sinalizante em sala de aula e impossibilidades de interação. Isso acontece principalmente em sala de aula onde estuda apenas um surdo. Quando estão em número maior, os surdos se tornam mais confiantes, interagem mais, a dinâmica muda, pois há um reforço por parte dos colegas surdos uns com os outros e isso gera o empoderamento, a prevalência de mostrar a cultura surda, e, o principal, a possibilidade de comunicar-se em sua própria língua.

De um lado há a necessidade de comunicar-se em sua própria língua em sala de aula da pós-graduação, por outro, há a imposição de todos se comunicarem em português oral, menos os surdos que se comunicam através da Libras. Partindo desse quadro com duas vertentes linguísticas nas salas de aula com alunos surdos, explicita-se a necessidade de uma organização linguística/espço/visual.

A organização linguística/espço/visual não pode ser explicada separadamente, trabalhar dois idiomas em sala de aula de modalidades linguísticas diferentes requer ajustes. A organização da sala é reformulada, saindo do modelo tradicional onde um se senta atrás do outro, e partindo para a construção visual de novas perspectivas.

Trabalhar com dois idiomas sem que um sobreponha o outro, por exemplo, seria deixar os dois idiomas circularem em sala na mesma frequência, para que os ouvintes e os surdos tenham o mesmo nível de participação nas aulas. Por tratar de modalidades

diferentes, em espaços onde há presença de Libras é preciso se organizar em círculo para facilitar o campo visual linguístico, e, com isso, a remodelagem de uso do espaço em sala de aula é importante.

Apesar dessa construção representar aos surdos o modelo inclusivista, é preciso anteceder a esse processo e questionar se não estamos vivenciando o modelo napoleônico. Onde, para se tornar um cidadão, é preciso falar a língua oficial do país? Lagares (2018) afirma que:

O modelo napoleônico de construção dos estados nacionais, pioneiro na Europa, parte da existência de uma estrutura político-administrativa sobre a base do velho estado patrimonialista francês e constrói a nação com base no princípio da soberania popular e da igualdade entre os cidadãos. Para isso, se inicia um processo de etnicização do estado, que consiste concretamente na criação de uma nação francesa, com um passado glorioso e uma representação cultural unitária e relativamente homogênea. A língua é um instrumento fundamental nesse processo. A instrução pública, nesse sentido, cumpre o objetivo de fazer com que todos os franceses possam chegar a ter a categoria de cidadãos, entender as leis e participar dos assuntos públicos; e, para tanto, devem ser proficientes na língua nacional. (Lagares, 2018, p. 54).

O modelo inclusivista, por seu turno, é aquele que se dá apenas pela inserção de um intérprete de Libras em sala de aula, sem outros fatores importantes para a inclusão. O inclusivismo significa que a inclusão ocorre apenas em tese, na teoria, não sendo verificado na prática. A tentativa de tornar o Brasil monolíngue resulta em um atraso para a educação de surdos, sendo realmente eficiente a educação bilíngue a melhor modalidade para surdos. É através da educação bilíngue que os surdos serão educados, aprendendo para ingressar no ensino superior e em suas etapas.

Usar a língua para se sentir parte ou fazer parte de uma nação é um processo retrógrado e um retrocesso. A manipulação de estabelecer uma língua de prestígio não fere apenas os falantes de outras línguas, mas uma cultura, uma história, uma memória estabelecida aos anos percorridos por aquelas comunidades linguísticas, em sua maioria minoritárias.

Como podemos observar e aprender nos pequenos fragmentos de reflexão deste texto, há uma política envolvida na educação, na língua e na sua gestão, que possui o mesmo objetivo. Um olhar aprofundado permite perceber o controle das línguas. Embora as legislações se diferenciem, não estejam em casamento, e a educação de surdos se mantenha em muitas escolas no modelo inclusivista, existem ações do movimento surdo em prol da educação bilíngue, visando aprender em sua própria língua, o que só é possível em escolas bilíngues de surdos, o que não resolve com o mero reconhecimento das Libras,

como o aparato jurídico brasileiro de 2002 que reconhece a Libras. Ressalta-se que o modelo inclusivista é aquele em que o surdo apenas está inserido por direito em um determinado espaço, mas sem interagir em sua língua. A educação bilíngue é o que permite ao surdo o emprego da Libras nos diversos espaços da sociedade, com presença de Tradutor e Intérprete de Libras e tecnologias que possibilitem a acessibilidade.

O modelo de educação bilíngue apresenta-se na Lei nº 14.191/2021, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), inserindo a educação bilíngue de surdos como modalidade da educação. A mudança possibilitou avanços e novos desafios, suscitando a necessidade de planejamento linguístico de cada escola em fatores tais como: organização do quadro docente e administrativo, formas de participação da comunidade escolar, o tipo de bilinguismo que essas escolas irão adotar e a própria produção de materiais didáticos. Com isso, o surdo estará preparado para cursar o ensino superior e uma pós-graduação, apesar de a maioria ser no modelo inclusivista, essas ainda estão se preparando para receber os novos discentes surdos, e muitas vezes realizando uma política linguística implícita.

Há muito que se pesquisar, melhorar e atingir, na pós-graduação, desde ter ou não ter intérprete na sala de aula. Há professores cientes da metodologia de ensino para discentes surdos? Há metodologia visual, no atendimento e nas coordenações dos cursos das pós-graduações? A empatia por parte dos professores e discentes ouvintes e da coordenação da pós-graduação e da secretaria também são essenciais para a acessibilidade de surdos.

A criação ou adoção de uma política linguística para surdos no ambiente universitário requer mudanças na organização linguística/espço/visual. A participação dos surdos ou os dados coletados através de pesquisas com os surdos devem ser considerados para a elaboração da política linguística, de forma que se enquadre com os surdos e com a instituição.

Descrever uma política linguística nesse contexto não será fácil, mas também não será áspero, mas sim um processo, que muitas vezes será colocado em prática para poderem ser estabelecidos ajustes e aí sim a configuração de uma política linguística eficiente para o público surdo. A mudança de discentes surdos com a chegada de novas turmas deve fazer com que essa política seja ajustada, ou seja, ela sempre terá que ser flexível para o seu público-alvo, os surdos.

Além do mais, entender o processo de comunicação através da Libras é crucial para os programas que puderem ter a oportunidade de contarem com profissionais bilíngues no atendimento de surdos. Não basta apenas ter acessibilidade em sala de aula, é crucial que o processo seletivo seja acessível, que os editais de seleção sejam em Libras e em português. Muitas vezes, busca-se tornar acessível a sala de aula e se esquece que a acessibilidade já deve se iniciar no processo de divulgação dos editais.

Urge compreender que cada discente surdo é diferente, cada um possui uma experiência de vida e acadêmica diferentes. Buscar entender essas nuances é valioso para entender que por mais que os surdos possuam Libras como língua materna, as dificuldades de aprendizagem não são comuns, são diversas, para além do perfil de cada aluno.

Embora muitas possibilidades estejam ao alcance de muitos, no caso dos surdos elas estão um pouco mais à frente, mesmo que os envolvidos saibam das necessidades dos surdos, eles necessitam sempre estar avisando, lembrando os envolvidos olha estou aqui, não se esqueça de mim. Já conseguiram intérprete para aula, para os eventos? A busca por uma educação de qualidade é o princípio de muitos, e ao se tratar dos surdos não é diferente, a língua é uma das principais causas de desistência dos estudos, ou seja, sem acessibilidade não há aprendizagem. Assim, o próximo capítulo avança para a temática da acessibilidade na pós-graduação.

## 2. ACESSIBILIDADE DO SURDO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Para início de nossa discussão trataremos do Programa "Incluir - Acessibilidade à Educação Superior", criado em 2013, durante o governo da Ex-presidente Dilma Rousseff, com o objetivo de promover a inclusão de discentes com deficiência nas instituições federais de ensino superior. Para a implementação do programa foram criados dois documentos orientadores a saber: "Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior" e o Decreto nº 7.234/2010.

Mas o que significa acessibilidade? Sasaki defende a acessibilidade universal, que beneficie a todas as pessoas.

[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência. (Sasaki, 2009, p. 2).

Contudo, precisamos entender os tipos de acessibilidade existentes, sendo elas acessibilidade arquitetônica, metodológica, comunicacional, instrumental, programática e atitudinal. Interessante pensarmos em como a inclusão de pessoas surdas no ensino superior influencia e transforma as ações e os espaços que estas frequentam, principalmente quando interligada no relacionamento social, citando Sasaki, (2009), acerca dos tipos de acessibilidade:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (Sasaki, 2009, p.1-2).

Um dos primeiros requisitos para a acessibilidade de surdos nas instituições é a presença de intérpretes de Libras, porém, só isso não é suficiente.

Ao tratarmos de acessibilidade, no geral, um dos temas de grande relevância é o de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Nesse sentido, podemos citar o ingresso dos surdos no ensino superior como o primeiro questionamento à acessibilidade de surdos.

No que sabemos sobre o ingresso dos discentes surdos ao ensino superior, esse se dá por meio de exame de vestibular, que acontece, em sua maioria das vezes, uma vez por

ano, sendo esse exame adaptado ou acessível aos surdos. Mas em relação à permanência destes discentes, nas instituições de ensino superior, a inclusão está de fato acontecendo?

O decreto federal nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil o PNAES afirma que:

Art. 2º São objetivos do PNAES: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010).

Com isso, observamos que o referido decreto, em seu artigo 2º, trata sobre os objetivos do programa. Entretanto, indagamos alguns pontos nesta pesquisa, como a permanência dos discentes e a inclusão social. Adicionalmente, o artigo terceiro afirma que o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010).

Para promover a inclusão social, o governo federal aprovou o decreto nº 11.785 de novembro de 2023, que institui o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA). O programa visa instaurar, no âmbito da administração federal, políticas de ações visando a inclusão e o acesso de pessoas historicamente excluídas.

Art. 1º Fica instituído o Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA, no âmbito da administração pública federal direta, com a finalidade de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades. (Brasil, 2023).

De acordo com o artigo segundo, um dos objetivos do programa é: VI - programas de assistência financeira, incluída a concessão de bolsas e auxílios para garantir o acesso e a permanência em instituições de ensino ou de qualificação profissional; (Brasil, 2023).

O PFAA também prevê o acesso à Libras pelos surdos. IX - fomentar práticas de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, como a auto audiodescrição, a descrição de imagens estáticas, a interpretação da Língua Brasileira de Sinais - Libras e o uso de linguagem simples; (Brasil, 2023).

Assim, observa-se que há uma previsão legal de acessibilidade, o que acaba por se concretizar em políticas de assistência estudantil no ensino superior. Como mostra Bento *et al* (2019), ainda há muito o que investigar sobre acessibilidade no ensino superior.

Como a garantia da acessibilidade à educação superior é uma temática de abordagem relativamente recente, coloca-se como de extrema relevância pesquisar sobre o desenvolvimento e a concretização das leis para saber se, de fato, as pessoas com necessidades educacionais especiais estão tendo acesso ao conhecimento, o quanto está se avançando nesse contexto, e o que ainda precisa ser melhorado. (Bento *et al.*, 2019, p.4).

Assim, esta pesquisa propõe-se a tratar das questões de acessibilidade, no ensino superior, da comunidade surda, uma vez que, como afirma Durango (2018, p. 207), a barreira do ensino superior precisa ser rompida.

[...]el ingreso a la universidad es una de las primeras barreras que deben romperse. Lo primero sería realizar un cambio estructural de los exámenes, tanto del Estado como los de ingreso a las universidades. Estos están enfocados en la lengua oral, es decir, hacia las competencias de la lengua castellana. Es cierto que no se debería eximir a los sordos de un conocimiento del español, pero obligarlos a que se evalúen sus capacidades y saberes por una lengua que no es su lengua nativa sería contraproducente, además de discriminatorio.

Além de enfrentar barreiras para ingressar no ambiente de ensino superior, o surdo sofre por ser discriminado, ao não poder realizar o exame vestibular em sua língua materna, no caso do Brasil em Libras, ou prova em português escrito com vídeo da prova traduzido para Libras, como deveria de ser uma prova bilíngue.

O uso de uma língua, diferente da língua (oral) usada em seu país, faz do surdo um indivíduo com uma maneira diferente de pensar e ver o mundo. O surdo é, essencialmente, um indivíduo bicultural, pois, além de ter sua cultura própria demarcada pelo uso da língua de sinais, interage socialmente com os indivíduos da comunidade ouvinte em que está inserido. Existe consenso em relação ao fato de que o desenvolvimento da linguagem depende do acesso à comunicação frequente e consistente, e da interação da criança com um meio linguístico adequado ó quer seja ele falado ou sinalizado. (Bento et al., 2019, p.4)

O discente surdo, como afirmam Bento *et al*, por ser um sujeito bicultural, muitas vezes enfrentará grandes dificuldades no ensino superior, considerando sua forma de pensar, agir e interagir dentro do ambiente de ensino. Por ser bicultural, o surdo poderá enfrentar barreiras, como a comunicacional nas interações entre colegas e docentes. Ao tratarmos da comunidade surda e sua identidade, as discussões e elementos levantados por Hall sobre identidades são fundamentais:

As identidades eram contraditórias. Elas se cruzavam ou se deslocavam mutuamente. As contradições atuavam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto dentro da cabeça de cada indivíduo. Nenhuma identidade singular ó por exemplo, de classe social ó podia alinhar todas as diferentes identidades com uma identidade mestra única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não

identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas. De forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identificações rivais e deslocantes ó advindas, especialmente, da erosão da identidade mestra da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos (Mercer, 1990). Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*. (Hall, 2006, p.21).

Os discentes surdos não possuem uma única identidade, podem ter diversas, e, dependendo do ambiente de contato, esta identidade se molda e se transforma em outra, a fim de suprir as necessidades da situação. Nesse sentido, Strobel aponta que as identidades surdas são múltiplas e multifacetadas (Strobel, 2007, p. 32)

Ao ingressar no ensino superior, o surdo poderá se deparar com novas barreiras. Uma vez el sordo haya accedido deben hacerse otras adecuaciones. La principal es tener un intérprete de lengua de señas en las clases y demás espacios que lo requieran. (Durango, 2018, p. 207).

Apesar de já ser assegurado no Brasil a presença do intérprete de Libras em espaços educacionais, nos deparamos, como afirma Durango, em ter ou não este profissional presente. Yatim (2016) reforça essa questão quando aborda:

[...] alguns intérpretes como citado pelos surdos em suas experiências, não seguem o código de ética. Também por ser uma área muito ampla e possuir poucos profissionais qualificados, são poucos os intérpretes que trabalham numa área específica e possui uma formação específica com a área de atuação. (Yatim, 2016, p. 102).

Ao indagarmos esta problemática, compreendemos que não é algo simples, e sim uma imensa e complexa questão acadêmica que acarreta desigualdade. Contudo, entender a situação de surdos no ensino superior nos remete a repensar na aplicação dessa política linguística. A LBI fomenta duas formações para esses profissionais intérpretes de Libras e níveis de atuação. Para atuar na educação básica, o intérprete pode ter formação mínima de ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras. Para atuar no ensino superior, o intérprete deverá ser graduado em tradução e interpretação em Libras.

Uma das principais barreiras à acessibilidade é a falta de conhecimento e compreensão dos ouvintes e das instituições sobre as necessidades dos alunos surdos. As

instituições podem não estar familiarizadas com os recursos e acomodações necessários para garantir que os alunos surdos tenham acesso igualitário à educação. Portanto, é importante que os programas de pós-graduação forneçam treinamento e educação para professores e funcionários sobre surdez e as acomodações que podem apoiar os alunos surdos.

Outro desafio que os alunos surdos podem enfrentar é a disponibilidade de intérpretes ou outro suporte de comunicação. Isso pode ser particularmente difícil em programas menores ou mais especializados, onde pode haver menos recursos disponíveis. Os programas de pós-graduação podem resolver isso certificando-se de que tenham um número suficiente de intérpretes qualificados ou outros provedores de suporte de comunicação e certificando-se de que esses serviços estejam disponíveis para alunos surdos conforme as necessidades.

Muitos programas de pós-graduação exigem extensa leitura e escrita, o que pode ser difícil para surdos que dependem da Libras como seu principal meio de comunicação. Para resolver isso, os programas podem fornecer suporte na forma de atendimentos de alunos em horário extraclasse, com o auxílio de tradutores intérpretes de Libras, serviços de tradução de materiais escritos ou falados para Libras, o que pode ajudar a garantir que os alunos surdos tenham acesso às informações necessárias e permaneçam no programa. Ainda assim, a presença de um glossário em Libras, com os conceitos das disciplinas em cada programa da pós-graduação, fortaleceria essa permanência dos discentes surdos, bem como o diálogo sobre as dificuldades vivenciadas, podendo assim os programas traçarem novas estratégias com o intuito de beneficiar e/ou aprimorar a acessibilidade dos surdos.

Acima de tudo é importante considerar os aspectos sociais e emocionais da acessibilidade. Alunos surdos podem se sentir isolados ou excluídos em um ambiente auditivo, e é importante que os programas de pós-graduação forneçam apoio e recursos para lidar com essas preocupações. Isso pode incluir o fornecimento de oportunidades para alunos surdos se conectarem uns com os outros, oferecendo orientação e oportunidades de trabalhos produzidos em Libras, não apenas textos em língua portuguesa, e criando um ambiente acolhedor e acessível.

A acessibilidade para surdos na pós-graduação requer uma abordagem abrangente, que inclua educação e curso de aperfeiçoamento para professores e funcionários, fornecendo suporte e acomodações de comunicação adequadas, abordando os desafios de leitura e escrita e apoiando as necessidades sociais e emocionais dos alunos surdos. Uma

reestruturação do programa ou das aulas e das disciplinas se faz necessária para esse processo de estudos ao longo dos dois anos do mestrado ou quatro anos do doutorado, a fim que não sejam uma tortura para a conquista de um título acadêmico e de conhecimento.

Acessibilidade e política linguística são conceitos que estão altamente relacionados. No caso dos surdos, a língua é o ponto fundamental que faz a ligação para a acessibilidade. Para que a política linguística seja eficiente, deve-se garantir que a pessoa surda, no ensino superior, independentemente que seja na graduação ou na pós-graduação, tenha acesso aos conteúdos em igualdade como os demais estudantes, além de seus direitos e oportunidades respeitados, direitos esses que estão relacionados à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer e à participação social e política.

Após a constatação de inacessibilidade para surdos, deve-se debater junto a eles para que eles mesmos nos forneçam suas demandas, que muitas vezes para os ouvintes não são claras, para, somente depois, realizar em conjunto um planejamento linguístico. De início trata-se de planejamento de caráter provisório, pois, com a prática, possíveis alterações podem surgir antes de chegar a uma política definitiva. Mesmo tendo surdos em diversos programas de pós-graduação em uma mesma universidade, os planejamentos devem ser individuais por programa, suprimindo demandas específicas.

Essa implementação muitas vezes poderá levar um certo tempo, e até que as ações fluam será necessário paciência e empatia. A universidade poderá ofertar cursos de Libras, reestruturar o quadro de funcionários, realocando os que possuem mais facilidade de se desenvolverem no idioma para atuarem onde os surdos tenham uma participação mais ativa. A presença dos profissionais tradutores intérpretes de Libras - TILs, além da divulgação e promoção da forma de ver e interagir num mundo oral/auditivo através da perspectiva dos surdos visual/espacial, são elementos fundamentais.

Visando contribuir nesta discussão sobre acessibilidade do surdo no ensino superior, o próximo capítulo discute a metodologia da presente pesquisa.

### **3. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA**

O presente capítulo apresenta as escolhas das etapas da pesquisa, que tem como público fonte os surdos da pós-graduação e, como público-alvo, os surdos da graduação e os docentes, coordenadores e trabalhadores administrativos da pós-graduação.

#### **3.1 A pesquisa qualitativa**

A escolha pela pesquisa qualitativa primeiramente deu-se por se tratar de uma pesquisa narrativa a ser realizada com surdos. A observância da realização da pesquisa nos possibilita uma análise qualitativa, como afirma Minayo, (2014, p.57):

O método qualitativo é o que aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (Minayo, 2014, p.57).

Nas narrativas de surdos na pós-graduação, estes apresentam suas percepções a respeito de situações vivenciadas no ambiente acadêmico, a forma como lidam e as situações cotidianas. Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. (Minayo, 2014, p.57).

Diante disso, a escolha de investigação de surdos na pós-graduação nos demonstra um grupo de difícil acesso, não por eles não quererem interagir, mas sim por serem poucos os que atingem esse nível de estudo. A pesquisa qualitativa para a temática desta dissertação nos revela que é a adequada, somente através dela que podemos descrever na perspectiva dos surdos sua situação no ambiente acadêmico da pós-graduação.

#### **3.2 A escolha da pesquisa descritiva**

A presente pesquisa é também descritiva, por trabalhar entrevista com seres humanos visando descrever, na perspectiva dos surdos pós-graduandos, a acessibilidade no ambiente acadêmico.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o

estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (Gil, 2002 p.42).

Descrever a partir da perspectiva dos discentes surdos sobre a problemática da acessibilidade na pós-graduação é necessário devido a surdez ser uma deficiência oculta (BRASIL, 2023). É no contato que a surdez é percebida, causando estranhamento e falta de preparo dos ouvintes envolvidos na interação com surdos no ambiente universitário.

Durante as entrevistas, gravadas em vídeo, em alguns momentos ficou evidenciado até mesmo uma surpresa para docentes não saberem que tinham discentes surdos na disciplina.

### **3.3 Uma pesquisa interdisciplinar**

Pesquisar sobre a acessibilidade de surdos na pós-graduação nos remeteu a uma pesquisa interdisciplinar. Devido à temática ser "nova", a acessibilidade na pós-graduação acarreta uma perspectiva mais ampla, onde um olhar através da acessibilidade não supriria as demandas de respostas.

A interdisciplinaridade faz corresponder resultados, diante de um objeto investigado, mescla métodos e, ao avançar, termina por identificar outros objetos de estudo, acabando, muitas vezes, por tornar-se uma nova disciplina, voltando ao modelo disciplinar. (Bicudo, 2008, p.141).

Conforme explicado pela autora, a função da pesquisa interdisciplinar é dar conta de um tema ou problema que determinada área ou disciplina não consegue sozinha. Com essa pesquisa, conversamos com áreas de conhecimentos diferentes para poder solucionar a questão problema. A interdisciplinaridade favorece o estudo quando este é complexo e envolve diversas áreas dos saberes. Nesta dissertação, a pesquisa interdisciplinar sobre a acessibilidade de surdos na pós-graduação nos demonstra o encontro entre dialógico entre educação, linguística, direito e antropologia.

### **3.4 A pesquisa narrativa**

A pesquisa narrativa abrange várias disciplinas, como postulam Cintra, Correia e Teno (2020). Aqui, escolheu-se a pesquisa narrativa como metodologia, devido à coleta de

dados realizados com surdos necessitar a interação em Libras, visando propiciar conforto linguístico de surdos. Com isso, o entrevistado sente-se confiante para explicar e narrar um acontecimento, o que não seria possível; ocorrendo até mesmo a perda de informação; se a entrevista fosse em português escrito, onde o surdo estaria desconfortável não utilizando sua língua, a Libras. Posteriormente, as narrativas coletadas em Libras foram traduzidas para o português escrito.

O uso das narrativas é fundamental para entendermos as experiências dos surdos, acessando as histórias e acontecimentos que eles nos revelam e qual a função dessas narrativas serem em Libras.

Pesquisa narrativa é uma forma de compreender a experiência. É um tipo de colaboração entre pesquisadores e participantes, ao longo de um tempo, em um lugar ou série de lugares, e em interação com *milieus*. Um pesquisador entra nessa matriz no durante e progride no mesmo espírito, concluindo a pesquisa ainda no meio do viver e do contar, do reviver e do recontar; as histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas as perspectivas: individual e social (Clandinin; Connelly, 2011, p.51).

A abordagem metodológica possibilita o entendimento das experiências vividas pelas pessoas, narradas nesta dissertação, contribuindo para o conhecimento social, aspecto fundamental da vida humana. A pesquisa narrativa tem as experiências como principais fontes de dados a serem coletados, considerando que as histórias contadas, as reflexões e os acontecimentos são reais.

Ainda assim as vertentes como tempo, contexto social e lugar influenciam nessas experiências. No contexto do tempo parte-se da ideia de que tais experiências são vivenciadas por vários surdos e que traçam uma linha temporal onde passado presente e futuros estão sempre sendo confrontados, para que no presente e no futuro não se repitam as problemáticas enfrentadas por surdos em todos os âmbitos sociais, e que se pretende um futuro melhor a partir de planejamentos pensados no presente momento.

No contexto social as interações e o ambiente onde ocorreram as experiências, favorecem ou não a construção de conhecimento. Tratando-se de universidade pública do Paraná, as narrativas podem ter diferentes aspectos devido a esses contatos, com pessoas realmente preocupadas com uma mudança eficaz para melhorias ou com pessoas que realizam promessas e não cumprem.

Neste processo, meu papel como pesquisador, além de presenciar outros contextos de acessibilidade e a falta dela para com pessoas surdas em ambiente acadêmico, também é

de comprometimento ético de não acrescentar e nem retirar informações das narrativas, tratando-as como dados que merecem respeito e análises.

Apesar de a metodologia suprir a necessidade de coleta de dados, ela não permite o contato com os entrevistados diretamente. A abordagem não probabilística, que usa pilares de referência para acessar determinado público que é difícil de encontrar, significa que será selecionado o primeiro participante da pesquisa e ele indica outro e assim por diante. Com isso, os participantes da pesquisa vão aparecendo. Este tipo de amostragem é muito útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014). A escolha dos pilares de referência, neste trabalho, se deu pela rede de contato do pesquisador com os participantes da pesquisa, por estes terem uma relação de amizade e/ou envolvimento com a comunidade surda, propiciando o diálogo.

### **3.5 Passos da entrevista narrativa**

A geração de dados ocorreu mediante entrevista semiestruturada em forma de narrativa para facilitar o processo de interação entre entrevistado e entrevistador. A entrevista narrativa foi realizada em Libras com 03 surdas da pós-graduação, através de *web* encontros virtuais em Libras, gravadas e traduzidas posteriormente para o português escrito. As três alunas surdas da pós-graduação estudam em uma universidade do estado do Paraná. Importante ressaltar que o termo *tradução*, no contexto da pesquisa com surdos, alude ao ato de traduzir a sinalização em Libras para o português escrito. Quadros (2004) explica que a tradução envolvendo língua de sinais pode acontecer de várias formas:

[...] uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais (Quadros, 2004, p. 09).

Contudo, as traduções seguiram rigorosamente apenas o que era narrado pelas surdas. Não foram tiradas e nem complementadas informações, apenas foram traduzidas de Libras sinalizadas para o português escrito. As gravações foram realizadas com o gravador de tela do programa *aTube Catcher*, enquanto no *Google Meet* realizou-se o web encontro.

Em relação aos dados coletados, referindo-se a nomes de instituições e dos entrevistados, estes não são informados ao longo deste trabalho. Foram usados outros nomes fictícios, sugeridos pelos próprios entrevistados, propondo que escolhessem o nome

de um personagem com o qual se identifiquem, possibilitando a elas um melhor conforto objetivando realizar as entrevistas, e não o entrevistador determinar um código numérico, muito tradicional nas pesquisas acadêmicas com surdos.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Unioeste, sob o número 6.546.790.

Na tabela abaixo estão elencados a ordem das entrevistas, como foi o contato com os entrevistados, duração e datas das entrevistas.

**Tabelas das entrevistadas surdas**

Nomes dos entrevistados	Pilar de referência	Contatos com os entrevistados	Duração de entrevistas	Datas das entrevistas
Pocahontas	Sim	Whatsapp	20 min e 29 segundos	27/04/2023
Hello Kitty	Sim	Whatsapp	47 minutos e 45 segundos	16/05/2023
She - ra	Não	Whatsapp	1 hora, 21 minutos e 53 segundos	15/05/2023

**Fonte: Elaboração do autor (2023)**

### **3.6 Objeto de investigação**

O tema central das entrevistas foi a acessibilidade. Segundo Sasaki, (2009), existem seis dimensões da acessibilidade. A arquitetônica refere-se a barreiras físicas, estruturais, como portas mais largas para passagem de cadeira de rodas, rampas, elevadores entre outros. A comunicacional refere-se à comunicação entre pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes. Já a metodológica alude aos métodos e técnicas que os docentes utilizam nas aulas com discentes surdos. Com relação à acessibilidade instrumental, ela estaria relacionada a ferramentas, objetos, utensílios utilizados. A penúltima, sendo a programática, trabalha as barreiras em políticas públicas, legislações, como a de inclusão N° 13.146 de 6 de julho de 2015 que aborda, no artigo 30, inciso VII, a tradução dos editais e suas retificações para Libras, sendo sua aplicabilidade nas instituições de ensino superior e ensino profissional e tecnológica públicas e privadas. Por último, tem-se a atitudinal, que

está relacionada a preconceitos, estereótipos, discriminação ou exclusão nas relações com as pessoas com deficiência.

Neste trabalho foram analisadas as seguintes dimensões da acessibilidade: comunicacional, metodológica, programática e atitudinal, buscando estabelecer uma descrição sobre como se encontram os surdos na pós-graduação e verificar se há acessibilidade ou barreira.

### **3.7 Os questionários**

Por ser uma pesquisa não probabilística, os sujeitos da pesquisa foram escolhidos da rede de contato do pesquisador, e alguns foram sugeridos pelos primeiros entrevistados. Contudo, no total foram entrevistados 03 participantes que frequentam a mesma instituição de pós-graduação. Dessa maneira, foram usados para análise os dados dos entrevistados, nomeados da seguinte maneira e ordem de entrevistas: Pocahontas, She-ra e Hello.

Abaixo elencamos as perguntas utilizadas durante as entrevistas.

1. Narre como foi o processo de seleção da sua pós-graduação, explicando o processo de inscrição, provas, entrevistas e matrículas.
2. Qual curso você realiza, especialização, mestrado ou doutorado? Em que área do conhecimento?
3. Você conhece quais são, ou se a universidade possui, políticas de ingresso e permanência para surdos?
4. Qual a sua percepção em relação às condições de acessibilidade de surdos na universidade, no que diz respeito a atendimento na secretaria, biblioteca e restaurante universitário?
5. Você possui no ambiente universitário a presença do profissional Intérprete de Libras? Este possui formação acadêmica em bacharelado em Letras Libras? Este é fluente em Libras? Domina os processos tradutórios e interpretativos?
6. Qual a sua percepção em relação aos materiais didáticos das disciplinas, são acessíveis para surdos? Por quê?
7. Quais estratégias de acessibilidade os professores, os agentes técnicos administrativos (TAES) e a universidade adotaram para tornar o ambiente acadêmico mais acessível?

8. As atividades produzidas por você possuem uma correção diferenciada, compreendendo que o português escrito é sua segunda língua? E as apresentações de trabalhos, como ocorrem?
9. Qual a sua percepção em relação à prática de ensino e aprendizagem dos professores? Você percebe se há preocupação com sua aprendizagem? Quais os indícios dessa percepção? Narre alguma experiência em relação a isso, se possível.
10. No período pandêmico das aulas assíncronas e síncronas, possuía acessibilidade, referente a TILS, Legenda, Slides, organização das aulas, conteúdos etc.?
11. Com a acessibilidade no ensino superior você se sente incluído? Por quê?
12. Você indicaria a universidade para outros surdos? Por quê?
13. Pretende continuar com os estudos nesta universidade? Por quê?

No próximo capítulo trazemos a apresentação das respostas de Pocahontas, She-ra e Hello Kitty com suas respectivas análises, buscando compreender e analisar questões institucionais e legais de acessibilidade de surdos na pós-graduação.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para iniciarmos esta seção elencamos como será sua distribuição. Primeiramente expomos a pergunta orientadora e as respostas narrativas das três entrevistadas, posteriormente a análise da pergunta em questão. As respostas em sua maioria são extensas. Devido ao fato de ser entrevista narrativa, algumas respostas são mais objetivas, e em sua maioria são extensas principalmente quando justificam suas afirmações com acontecimentos e experiências durante o período da pós-graduação. As perguntas 1 e 2 são mais para fins informativos do que dados para análise.

**1. Narre como foi o processo de seleção da sua pós-graduação, explicando o processo de inscrição, provas, entrevistas e matrículas.**

**2. Qual curso você realiza? Especialização, mestrado ou doutorado? Em que área do conhecimento?**

**Pocahontas** narrou que sua pós-graduação é em nível de doutorado interdisciplinar. No processo de inscrição, ao ler o edital, verificou a existência de vaga para pessoa com deficiência, a inscrição era *on-line*. A segunda etapa, que era uma entrevista avaliando o projeto, foi *on-line*. Infelizmente não tinha o intérprete de Libras. No processo de inscrição *on-line* foi feito o pedido do profissional. Pocahontas explica que na hora da entrevista *on-line* esperou a banca abrir a sala para entrar e não abriram, depois recebeu uma mensagem no *Whatsapp* perguntando se tinha pedido intérprete de Libras na inscrição e respondeu que sim. Ao entrarem em contato com a secretária do programa, descobriram que a secretária havia feito o pedido, mas que o núcleo de acessibilidade esqueceu de providenciar. Com isso o coordenador da pós-graduação pediu para uma outra pessoa entrar na sala também e realizar a interpretação e no final deu tudo certo.

**She-ra** realiza doutorado em programa interdisciplinar. O processo de inscrição foi *on-line* via sistema da universidade. O edital foi todo em português e exigiu a anexação de documentos na plataforma. A entrevista com a banca foi *on-line* e com presença de intérprete.

**Hello Kitty** realiza a pós-graduação nível de mestrado na área interdisciplinar. O processo de inscrição no programa foi entrevista, com auxílio de um intérprete de Libras. A banca foi com três ouvintes e as aulas foram virtuais por causa da pandemia.

**3. Você conhece quais são, ou se a universidade possui, políticas de ingresso e permanência para surdos onde você estuda?**

**Pocahontas:** òEu sei é que contrataram intérprete e que no programa da pós-graduação tinha vaga para Pessoa com Deficiência (PCD).ö

**She-ra:** òEu sei que o governo federal publicou uma resolução do direito da pessoa com deficiência poder estar no ensino superior.ö

**Hello Kitty:** òCerteza dessa informação eu não tenho. Eu sei é que eu sempre conversava com outra surda sobre várias coisas. Numa reunião do colegiado pedimos para que os editais de oferta de vagas para mestrado e doutorado tenha o programa de cotas.ö

Como evidenciado pelas respostas das três surdas, uma informação concreta sobre o tema elas não possuem. Realizando uma busca no PPP do programa de pós-graduação, verificou-se que não há informação sobre cotas ou ações de permanência de surdos no programa. Mesmo assim, e ainda que sem uma informação, as entrevistadas demonstram acreditar que o programa possui intérpretes de Libras, oferta de vagas por cotas e segue legislação que garanta a permanência na pós-graduação.

No que consta na lei nº 13.146/2015, LBI, o òArt. 27: Trata do direito à educação e assegura a oferta de recursos de acessibilidade e a inclusão em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior.ö(Brasil, 2015). Além disso, estabelece que o poder público deve garantir, desenvolver, implementar, incentivar, criar, acompanhar e avaliar políticas públicas que assegurem a inclusão de pessoas com deficiência, no âmbito escolar e no acesso ao ensino superior em igualdade de oportunidades e condições com as outras pessoas.

Tratando-se do ingresso de surdos, a mesma legislação confere aos surdos e pessoas com deficiência que os processos seletivos, vestibulares e concursos, devem ser adaptados para garantir que as pessoas com deficiência possam estar adentrando em tais locais.

**4. Qual a sua percepção em relação às condições de acessibilidade de surdos na universidade, no que diz respeito a atendimento na secretaria, biblioteca e restaurante universitário?**

**Pocahontas:** ãQuando eu preciso de atendimento num desses locais lá na universidade eu sempre escrevo em português por *e-mail* ou em alguns setores que também atendem pelo *WhatsApp* em português escrito. Quando é para entregar documentos ou fazer protocolo, por exemplo, eu uso gesto apontando. Sempre aviso que sou surda, e, por a senhora da secretaria trabalhar muitos anos naquele setor, ela já sabe basicamente o que a pessoa quer. No restaurante eu nunca fui. E quando eu vou para a biblioteca eu vou junto com a minha orientadora e com o intérprete.ö

**She-ra:** ãQuando eu precisei falar com a secretaria, estava no virtual, por causa da pandemia da COVID-19. Foi *e-mail* e *whatsapp*. No modo virtual parece que sempre era mais difícil, pois eu continuava com dúvidas, e não dava para ser pela *webcam*, pois a secretária não sabe Libras. Foi dois anos assim. Na lanchonete eu sempre só apontava o que eu queria, agora comecei a ensinar, os sinais de café, leite, ele aprendeu, me sinto confortável lá. Na biblioteca o homem lá sabe um pouco de Libras, fez curso, eu escrevo ou mostro o nome do livro, ele pesquisa no sistema, tem uma comunicação básica comigo em Libras. A secretária do meu doutorado não sabe Libras, pediu para eu fazer leitura labial, só que ela fala muito rápido, eu falei melhor escrever, ela escreve letra muito grande, gasta papel atoa. Eu sempre me comunico por *whatsapp* com ela e ela me pediu para parar de mandar mensagem para ela. Eu falei que sou surda, não tenho como ligar por telefone, por isso uso *whatsapp*. Ela me pediu para manda *e-mail*, eu falei problema que por *e-mail* ela demora a responder, precisa ser mais rápido.ö

**Hello Kitty:** ãAqui no campus tem um atendimento perfeito. Tratam bem, sabem das diversidades, mas tem acessibilidade própria para cadeirantes, tem acessibilidade para surdos devido aos intérpretes. Faço a solicitação para eles poderem me acompanhar nas reuniões de colegiado, para conversar com a secretária. Sempre tem a presença dos intérpretes. porém pela manhã não tem intérpretes, só à tarde e à noite. Entretanto, a maioria dos surdos frequenta a universidade à tarde e à noite. Sempre que preciso de intérpretes precisa avisar o núcleo solicitando intérpretes, eles preparam um memorando com a solicitação. Contudo, a maioria dos intérpretes não é fluente não.ö

Através das narrativas das três surdas ficam evidenciadas as dificuldades e estratégias de comunicação. Referente aos locais de atendimentos, Pocahontas narra que não frequenta o restaurante universitário. Entretanto, no processo de comunicação nos demais locais, esta faz uso de português escrito através de *E-mails* e *Whatsaap*, e na comunicação presencial usa gestos e apontamentos, para ter uma interação com os ouvintes que não sabem Libras. Todavia o único recinto em que faz o uso apenas com a presença de sua orientadora e do intérprete é na biblioteca.

She-ra, assim como evidenciado pela entrevistada no parágrafo acima, faz uso do português escrito pelo *e-mail* e por *whatsaap*, e relata dificuldades com esse atendimento virtual. Devido à secretária não saber Libras, solicita leitura labial, o que torna o atendimento problemático para She-ra. A realização da leitura labial é um trabalho árduo e que leva anos a se aprimorar, não se trata de uma habilidade natural de linguagem, ao contrário da habilidade para desenvolver a língua de sinais, como mostra Gesser, (2009, p.60). Portanto, quem solicita a leitura labial para facilitar o processo de comunicação com o ouvinte, pode gerar frustração na pessoa surda.

Relacionando as três narrativas com objetivo de compará-las, percebe-se que Pocahontas e She-ra dependem de *e-mails* e *whatsaap* para obter melhor comunicação. Sabendo que esta comunicação é em português, e que a universidade deveria propiciar melhores condições e canais de atendimento acessíveis para surdos, Quadros e Schmiedt, (2004,p.13)asseveram sobre a importância da coexistência de dois idiomas no mesmo ambiente.

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas reconhecendo-as de fato atendendo-se para as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda que se está formando.

A existência dessas duas línguas e o reconhecimento por parte da universidade para que o atendimento desses surdos seja eficaz e acessível são necessários canais de comunicação mais eficientes e acessíveis para todo, a fim de que não haja barreira de comunicação.

Já Hello kitty possui um sistema de comunicação mais estruturado. Apesar disso, She-ra e Pocahontas lidam de forma mais improvisada e personalizada. Visando romper barreiras de comunicação, Hello Kitty possui um sistema organizado, mesmo dependendo de marcações de horários com os intérpretes e diante da falta de fluência destes. Quadros(2004, p.27) afirma que o intérprete de Libras é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Fato esse que deve ser levado em conta nos processos seletivos e de concursos públicos para tal cargo, função que pode determinar o sucesso ou o fracasso do aluno surdo.

**5. Você possui no ambiente universitário a presença do profissional Intérprete de Libras? Este possui formação acadêmica em bacharelado em Letras Libras? Este é fluente em Libras? Domina os processos tradutórios e interpretativos?**

**Pocahontas:** Tem mas não em todas as disciplinas no começo do doutorado. Não sei a formação deles, também não perguntei na época. Sobre a fluência é complicado, pois tinha disciplina que era uma estagiária do Letras Libras bacharelado, ela não era fluente não conhecia vocabulários. Outra disciplina tinha uma intérprete que era emprestada de outro campus da universidade, entretanto ela atuava junto com essa estagiária de Letras Libras em revezamento, então parte da aula eu entendia e a outra parte não. Depois que uma surda me chamou para conversar, nos organizamos e enviamos uma carta à coordenação da pós-graduação e foi feita uma decisão pelo colegiado de que todas as disciplinas que os surdos fossem realizar se tornassem *on-line* para poderem ter intérpretes de outros polos da universidade. E referente a dominar o processo de tradução e interpretação, muitos dos intérpretes não dominavam, porque não conheciam a área, não conheciam os conceitos, tinham dificuldade para explicar os conceitos. Muitas vezes os intérpretes não tinham conhecimento de como poderiam explicar. Aconteceu de uma disciplina que trabalhava só estagiária sozinha, um aluno que sabia Libras, e ele atuava como intérprete na disciplina para eu não ser prejudicada. O coordenador na época aceitou e aprovou que esse aluno fosse intérprete e aluno ao mesmo tempo. Ele é da área de Libras, então ele conhecia e sabia como fazer os processos de interpretação.

**She-ra:** ãNo início do doutorado tinha dois intérpretes, um formado em bacharelado em letras Libras, o outro pedagogo com certificado de intérprete pela FENEIS. Mas os dois já tinham conhecimento da área acadêmica. Esses dois passaram em concurso em outras universidades e eu fiquei sem intérprete. Minha sorte que era período de férias. E abriu processo seletivo simplificado e o calendário acadêmico foi alterado para que o intérprete pudesse passar no processo seletivo e assumir a vaga para começar no início das aulas, mas ninguém se inscreveu. Como era período de eleição para presidente, tivemos que esperar até janeiro para abrir novo processo novamente, e o período sem intérprete foi de oito meses. Ai a estratégia foi essa: sempre que tivesse aluno surdo a disciplina ser *on-line*, com intérpretes de outros polos da universidade. Quando abriu processo seletivo novamente, em janeiro, soubemos que o processo seria demorado, pois levaria três meses para o resultado. Passou apenas um intérprete, formado em gestão pública, sem bacharelado em Letras Libras. Ele tem pouco conhecimento na área da educação, tem experiência em interpretar em escola, aprendeu Libras na igreja, e tem pós em Libras, não é pós em tradução e interpretação não. Ele consegue interpretar a fala do surdo, fazendo a voz, mas não simultaneamente. Percebo que não é um profissional da área acadêmica não. O coordenador do doutorado me avisou que iria abrir mais processo seletivo, porque precisa de dois intérpretes, só tem um até agora. Porque eu já avisei o coordenador que na minha qualificação e defesa do doutorado eu quero dois intérpretes que tenham conhecimento, que o coordenador precisa trocar os intérpretes atuais por profissionais com formação na área para eu não ser prejudicada.õ

**Hello Kitty:** ãEntão aqui tem três intérpretes, um é contrato temporário pela instituição, é formado em letras Libras, especialista em tradução, já atuou no ensino superior, é fluente em Libras e em português, conhece os sinais acadêmicos. Os outros dois são contratados pela FENEIS, os dois são formados em Pedagogia, e um deles está terminando a graduação em letras Libras. Contudo os dois são contratados 20 horas, devido a terem outro trabalho fora da instituição e não poderem ter uma jornada de 40 horas, por isso trabalham à noite somente. Entretanto, esses dois estão aprendendo ainda a atuarem como intérpretes, e sempre que têm dúvidas eles perguntam.õ

Pode-se perceber que são apresentados problemas muito semelhantes entre as três narrativas. Novamente as respostas de She-ra e Pocahontas se assemelham tanto sobre a falta do intérprete em disciplina ou em ambiente universitário, quanto sobre a falta de fluência e competência tradutória no ato da interpretação, o que prejudica a compreensão de conteúdos e gera desinteresse nos estudos.

Já Hello Kitty destaca a presença do profissional intérprete, embora não com uma formação adequada para atuar, causando alguns prejuízos no processo de ensino e aprendizagem.

Quadros (2004) e Brasil (2010) abordam temáticas que possivelmente corroboram com a problemática apresentada. Principalmente no ato de interpretar que:

Envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (Quadros, 2004, p. 27).

A lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em seu artigo 2º, afirma que o tradutor intérprete de Libras é o profissional que possui competência para realizar a interpretação de duas formas, simultânea e consecutiva, com proficiência em Libras e Língua Portuguesa. Perante a isso, essa atuação se estende além da sala de aula, abarcando as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições, sejam elas de nível fundamental, médio e superior, com o principal objetivo de viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Mesmo que as problemáticas apresentadas pelas narrativas das surdas sejam atuais, a legislação propriamente citada por si só não supre a demanda, apesar de já resolver tal problema. Cabe pensar que a região onde se encontra a universidade não possui cursos de formação de profissional tradutor intérprete. Devido a isso, os aprovados nos processos seletivos possuem uma formação de nível médio.

**5. Qual a sua percepção em relação aos materiais didáticos das disciplinas? são acessíveis para surdos? Por quê?**

**Pocahontas:** ãNuma disciplina do primeiro semestre fui apresentar livros que o professor sugeriu, então a turma se dividiu em grupos para fazer as apresentações. Em algumas dessas apresentações os alunos passaram um filme com legenda, então foi uma disciplina muito boa. Em outra disciplina do segundo semestre que era obrigatória já era *on-line*. Era ruim, porque o programa utilizado não dava para ampliar a janela do intérprete e os slides que o professor passava ficavam com janelinha pequenininha. Eu me incomodava com essa disciplina, mas no final da aula o professor me mandava só os slides. Depois eu entrei em contato com o professor para ele, por favor, nas aulas sempre usar o *Google Meet* porque facilita muito para mim poder controlar o tamanho da janela do intérprete e da apresentação de slides. Eu precisava ter esse contato visual com o intérprete e com apresentação dos Slides, ao mesmo tempo para poder fazer a relação do que está sendo dito com o que tem nos slides para ser uma aula visual e eu entender. O problema não está somente no material didático, mas também na forma que o professor prepara a aula. Se ele não usa os slides me atrapalha bastante, porque não tem uma parte visual sobre o que está sendo dito para poder estudar depois, então a gente perde bastante informação. Teve aulas que teve pontos positivos e negativos. Positivo nas aulas remotas foi o uso do *Google Meet*, que facilita para poder controlar o tamanho da janela do intérprete. O programa *Teams* não é bom, porque eu não tenho esse controle. Tinha uma disciplina também que a professora no começo da primeira até a terceira aula disponibilizava *PowerPoint*, mas depois ela não usou mais e só dava texto para os alunos lerem e debaterem em sala de aula. As três primeiras aulas eram melhores porque tinha como eu olhar professora, olhar para apresentação de slides e olhar para o intérprete, por mais que não pudesse anotar nada naquele momento. Quando começou a só fazer leitura e debate dos textos foi ruim porque só é falado português oral por todos os alunos e a intérprete ficava interpretando direto e ficava cansada porque não parava. Não me senti atraída para continuar prestando atenção na aula. A sala de aula possui um quadro negro bem grande e a professora muitas vezes escrevia, fazia anotação na frente da minha carteira e no quadro onde ficava bem visível no meu campo de visão, via as anotações e a intérprete ao mesmo tempo, porém depois de um tempo ela começou a fazer só perto da mesa dela, do outro lado da sala, e isso prejudicou, porque eu não conseguia enxergar o que estava escrito e quando pedia para a intérprete esperar para ver o que que estava escrito, me respondia

dizendo que não podia esperar, tinha que continuar. O único modo de fazer anotação era após terminar a aula tirar foto do quadro.ö

**She-ra:** öTeve professor que passou filme em outro idioma e não tinha legenda, e o intérprete não sabe o idioma. Falei para o professor que se ele fizesse isso na próxima aula eu não viria. O professor ficou sem jeito e eu perguntei: que inclusão é essa?ö

**Hello Kitty:** öEntão no momento da COVID, eu e outra aluna surda estávamos fazendo a mesma disciplina. Um professor só trouxe textos para ler de 100 até 200 páginas para discutirmos na aula. Esses textos a maioria eram em espanhol e poucos em português. Uma disciplina o professor deu um filme muito antigo que não tinha legenda, nós duas tivemos muita dificuldade. No dia da aula o professor pergunta para nós duas se entendemos o texto, se concordamos e então discutimos questões sobre o texto. Sempre os textos em português, nossa L2, fazer o que? Precisamos nos esforçar para ler, adquirir conhecimento, entender a estrutura dos textos.ö

Há evidências em que nas experiências narradas há pontos negativos e positivos de acessibilidade. Os pontos negativos narrados por Pocahontas, She-ra e Hello Kitty são as aulas não visuais, preparadas por professores que não se preocuparam em entender como é que o surdo aprende.

A experiência é visual desde o ponto de vista físico (os encontros, as festas, as estórias, as casas, os equipamentos...) até o ponto de vista mental (a língua, os sonhos, os pensamentos, as ideias...). Como consequência é possível dizer que a cultura é visual. As produções linguísticas, artísticas, científicas e as relações sociais são visuais. (Skliar; Quadros, 2000, p. 49).

O surdo aprende de forma visual, aulas que exploram esse aspecto favorecem o entendimento dos conteúdos passados pelos professores, mesmo sendo em sua segunda língua. Aulas visuais com as apresentações de slides, construídas com imagens e textos dinâmicos com palavras chaves ou em forma de tópicos, favorecem o processo de aprendizagem.

Ademais, o ensino no contexto pandêmico não só trouxe o afastamento das pessoas como também as dificuldades de ensinar através de uma tela de computador, celular e uma câmera, sem contar nas plataformas utilizadas para transmitir aulas e gravá-las quando possível. Shimazaki, Menegassi e Fellini, (2020, p.18) afirmam que:ö...pelo surdo ser visual, as aulas por meio do *YouTube* se apresentam compatíveis à sua realidade.ö Contudo, a presença de surdos no espaço acadêmico requer uma melhor atenção, principalmente por parte dos professores, já pensando nesta questão do visual. A

acessibilidade solicitada por She-ra e Hello Kitty, ao terem que assistir um filme sem legenda em português e com o idioma em uma língua estrangeira, impossibilita ao surdo uma aprendizagem e participação ativa nos debates acadêmicos. Sasaki,(2009, p.3-4) aborda que a acessibilidade comunicacional no contexto acadêmico para surdos, além de intérpretes de Libras e o uso da Língua brasileira de sinais, requer também que o uso de legendas em filmes e vídeos utilizados em sala de aula ou ambientes de aprendizagem sejam proporcionados por outros alunos ou por professores.

## **7. Quais estratégias de acessibilidade os professores, os TAES e a universidade adotaram para tornar o ambiente acadêmico mais acessível?**

**Pocahontas:** ãNo modo o melhor que eu desenvolvi foi numa disciplina é onde o professor deixava levantar a mão e eu digitava no *chat* em português e depois o professor me respondia em português oral e a intérprete interpretava em Libras. Para mim então existia sim uma boa interação e discussão do tema nessa disciplina. A maioria dos Professores tem um pouco de dificuldade de interação, porque eu não sei responder. O porquê? Mas às vezes parece que eles se afastam por eu ser surda ou não querem contato. Quando não tinha intérprete na disciplina, o coordenador teve uma estratégia de que sempre que pessoas surdas se matricularem na disciplina ela deixava de ser presencial para ser ofertada no modo *on-line* para que pudessem pegar emprestado intérpretes de outros polos da Universidade. Então eu consegui desenvolver bem nessas disciplinas por causa dessa estratégia do coordenador.õ

**She-ra:** ãNão tem estratégia, mas eu uso o celular no *whatsapp*, no grupo da disciplina, ou escrevo em papel. Quando tem intérpretes eu aproveito para ficar perguntando aos professores, a maioria não é daqui (cidade), entretanto mais uso é *whatsapp*, mas eles às vezes usam palavras muito formais ou pesadas tipo, você não entendeu? Você não sabe? Não conhecem o jeito do surdo escrever, não sabem por que o surdo escreve assim. Teve dois professores que são formados em pedagogia que sabem o processo de aquisição de linguagem, entendem sobre o surdo. Me perguntam como precisa ser os *slides* para e eu explico que precisa me mandar antes, para eu discutir os sinais com o intérprete antes das aulas. Os slides precisam ser visuais, não podem ter só texto, e tem que destacar as palavras-chave. Sempre os provoco para refletirem. Acessibilidade é um tema polêmico, seja na graduação, no mestrado ou no doutorado. Precisa discutir essa

inclusão, falar é fácil, na prática é diferente. Em uma disciplina tinha um cego e eu surda, na aula *on-line*. O cego usa programa de leitura, mas o português é L1 dele e está tudo bem, eu sou surda e o português é minha L2, não se pode comparar.ö

**Hello Kitty:** öO professor percebeu que tem alunas surdas, a coordenação já havia avisado ele antes de começar a disciplina. A estratégia do professor era sempre perguntar para nós duas antes para saber se nós aprendemos ou não. Essa era a estratégia dele, sempre perguntava para as surdas primeiro e depois para os ouvintes. Mas havia momento que o professor fazia confusão, porque o meu nome aparecia para ele, mas com voz de homem que era o intérprete. Sempre acontecia esse tipo de confusão nos primeiros dias de aulas.ö

Perante o exposto pelas alunas surdas, o afastamento, o estranhamento quanto à capacidade das surdas, pode ser por falta de conhecimento, que gera preconceito, apesar de também elencarem estratégias por outros professores e coordenador da pós-graduação para tornar o momento de aprendizagem um ambiente acessível.

Sasaki novamente pondera que a acessibilidade atitudinal refere a:

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. (Sasaki, 2009, p.6).

Pensar em um ambiente repleto de diversidade, independente de qual estejamos vivenciando, requer cautela, principalmente no processo de comunicação. O pré-julgamento sobre a capacidade do outro se torna uma falta grave, principalmente para docentes da pós-graduação. Contudo, ao se deparar com tal situação, medidas de responsabilização são necessárias, como cursos para professores entenderem tais diversidades e se reinventarem no ambiente acadêmico.

**8. As atividades produzidas por você possuem uma correção diferenciada, considerando que o português escrito é sua segunda língua? E as apresentações de trabalhos, como ocorrem?**

**Pocahontas:** ãNo começo do primeiro semestre teve uma disciplina na qual o professor sorteou livros que nós precisamos apresentar. No meu grupo tinha eu e mais três ouvintes. Eu perguntei ao professor se eu poderia arrumar os *slides* do meu jeito, bem visual, em concordância com o livro, ele disse ãtudo bem, é livreã. Cada membro do grupo fez um capítulo e juntamos tudo para apresentar, só que na disciplina não tinha intérprete, era uma estagiária que não sabia Libras, não tinha fluência e na apresentação e eu não poderia sinalizar de forma a fazer ela entender, era 8 horas de aula seguidas para meu grupo apresentar um livro e um dos três ouvintes que estavam no grupo de apresentação foi intérprete na disciplina. O problema é que ele era aluno e intérprete ao mesmo tempo e ele interpretou a disciplina inteira para eu não ser prejudicada nas notas e avaliações da disciplina. Realizou esse trabalho para que os discentes e o docente da disciplina entendessem claramente as minhas explicações, devido a não ter intérprete na disciplina. Em outra disciplina a professora organizou as duplas e eu fiz junto com outra surda. Nosso texto era uma tese de doutorado e eu não achei um texto difícil de ler, foi tranquilo de entender. E nessa disciplina tinha intérprete, era de outro polo da universidade e ela era fluente, dava para acompanhar nossa sinalização.ã

**She-ra:** ãEu sei escrever português, mas não é 100% não, pois é minha L2, não sei se escrevi claro, se está certo, não me sinto confortável com as atividades tendo que ser respondidas em português.

**Hello Kitty:** ãEntão sobre os trabalhos que apresentamos em Libras tem a presença do intérprete. As atividades finais, que são os artigos são em português, o colegiado já aprovou que eu e a outra surda escrevemos o português e é nossa segunda língua e é preciso respeitar, pois o surdo tem uma escrita diferente. Isso já foi aprovado pelo colegiado. E eles entendem que nós surdas não escrevemos como os ouvintes.ã

Apenas Hello Kitty afirma que possui essa correção diferenciada do português escrito, entretanto apenas a Pocahontas informa de o professor ter deixado ela realizar a apresentação de trabalho da forma que fosse melhor para ela. She-ra abordam o conforto linguístico para se expressar em Libras.

**9. Qual a sua percepção em relação às prática de ensino e aprendizagem dos professores? Você percebe se há preocupação por parte deles se você está conseguindo se apropriar e construir conhecimento? Quais os indícios dessa percepção? Narre alguma experiência em relação a isso.**

**Pocahontas:** ãNo primeiro semestre era disciplina presencial. Eu tinha dificuldade com a organização da sala em forma de um semicírculo, porém alguns alunos, inclusive eu, ficava no meio da sala, pois a turma tinha 30 alunos. Eu pedi para o professor para eu me sentar na ponta do semicírculo para poder visualizar o professor, os discentes quando falam, ver quem fala, as apresentações e o aluno que também era intérprete. O professor entendeu, ajudou a organizar e pediu para os discentes se arrumarem para ficar melhor para mim. Outra disciplina era presencial. No começo havia uma interação na turma, depois a professora cortava quando nós explicávamos ou debatíamos um tema. Eu pedia permissão para falar e ela não deixava, depois eu esquecia o que ia falar. Teve uma vez que eu apresentei um questionamento e a professora disse que eu estava errada, que eu havia entendido errado. Fiquei sem jeito por ela fazer isso: é assim que ela trata os surdos? Nesse dia não sei se a professora não entendeu ou a intérprete não entendeu o que eu sinalizei. Foi complicado. A professora poderia me perguntar, porque minha opinião era essa, ou pedir para eu explicar melhor, e não fazer o que ela fez. E nessa mesma disciplina essa professora deixou de usar os *slides* depois de três encontros e só debatia textos com os alunos. Tive dificuldade, só tinha uma intérprete e era o dobro do trabalho para ela. A professora não tinha estratégia. Ela precisava manter o uso de *slides*, é uma das estratégias com alunos surdos, mas não sei por que ela parou, esqueceu não sei, não pensou nos alunos surdos. Em outra disciplina professora usou *slide* na aula on-line, mas outro professor não usou *slides*. Discursava direto em português oral na aula. Entrei em contato e ele disse que a aula dele era assim e não usava para não ficar do jeito tradicional, preferia ficar socializando na aula com os alunos. Mas eu preciso dos *slides* para entender o que ele está falando, para eu poder acompanhar, infelizmente não mudou nadaõ

**She-ra:** ãEu percebo que há diferenças no presencial e no virtual. Depende a área de formação dos professores, e para todos eu fui a primeira aluna surda. Os professores formados em pedagogia eu percebo que têm preocupação se eu estou aprendendo, perguntam como podem melhorar, quais as melhoras estratégias, chamam o intérprete para ajudar na conversa, perguntam se estão falando muito rápido, se precisam falar com mais calma. Outros professores não perguntam nada, chamam palestrante que fala inglês, nós ficamos sabendo só na hora, eu falava õvocê esqueceu de mim, como vou entender se intérprete não sabe inglês, como? Em outra disciplina a professora não acreditava que eu havia escrito o artigo da disciplina. Ela era muito rígida, não aceitou, desconfiou da minha

capacidade. Outro professor não estava nem aí, se tem intérprete está ok. Outro professor explicava sozinho direto, eu perguntava para os colegas se eles estavam conseguindo entender, e eles estavam iguais a mim, sem entender muito bem. Teve professor que avisava para na produção do texto não se preocupar com as terminologias da disciplina, pois as áreas de formação dos alunos são muito diferentes. Aprendi novas terminologias, pedi para esse professor explicar novamente sempre que eu não entendia e ele sempre tinha paciência para me explicar mais claro. E ao mesmo tempo ajudava os colegas da disciplina. Eu explicava: sou uma surda que pergunta muito, não sou como os outros, nós surdos somos diferentes uns dos outros. Tinha surdo que queria fazer artigo em Libras, professor me perguntou se tinha ABNT para isso, eu disse que sim na UFSC VIDEO REGISTRO EM LIBRAS.ö

**Hello Kitty:** òEntão nós já organizamos o texto com dicas orientações, e mandamos nos grupos de *whatsapp* de cada disciplina, explicando que não podiam enviar áudios, não podiam mandar vídeo sem legenda, se mandassem e o vídeo não tinha legenda a pessoa precisava escrever detalhadamente a explicação do vídeo. Outros materiais, como textos, *slides* podem mandar normalmente. Na hora da videoaula eles já sabem dessas informações. E se usarem um conceito, por exemplo, precisa explicar claro o que significa, exemplos, para que no decorrer das aulas nós tenhamos mais facilidade de entender e não seja preciso ficar sempre perguntando. Antes das aulas *on-line* os professores enviam os *slides* para ficar melhor a visualização dos intérpretes, devido ao programa de videoaula deixar os *slides* grandes e a janela dos intérpretes pequena e dificultar a visualização. Enviando antes fica fácil de nós organizar as janelas. Essa é as estratégias dos professores. para alguns conteúdos que não tem legenda, ou são em outros idiomas, os professores marcam um dia antes das aulas para explicar junto com o intérprete o conteúdo e tiram as dúvidas, para na aula o processo de aprendizagem ser mais eficiente, e não perdemos informações importantes.ö

Pocahontas percebe que não há por parte de todos os professores a preocupação com o aluno surdo e seu processo de aprendizagem. She-ra afirma que em sua experiência houve variações neste aspecto. A grande maioria não tem uma preocupação também, principalmente se não possuem uma formação em pedagogia. Já Hello Kitty aborda resposta contrária às duas anteriores, afirmando que os professores sempre têm uma preocupação com seu processo de aprendizagem.

Sasaki (2009) argumenta sobre duas dimensões de acessibilidade, a comunicacional e a atitudinal, a primeira seria no caso das surdas haver uma falta de curso de Libras básico para professores, e a segunda a atitudinal, para a sensibilização dos professores em entender como é ter um aluno surdo em sala de aula, qual melhor estratégia para os alunos aprenderem, como incluí-los na sala de aula e na disciplina.

**10. No período pandêmico das aulas assíncronas e síncronas, possuía acessibilidade, referente a intérprete, Legenda, Slides, organização das aulas, conteúdos etc.?**

**Pocahontas:** ãNo período pandêmico as aulas *on-line* no primeiro semestre foram difíceis, tive problemas da internet cair, a internet do intérprete cair, intérprete não fluente em Libras, não conseguia traduzir interpretar Português/Libras. Dos professores só uma tinha um *slide* visual, parecia que ela sabia sobre a cultura surda, pela preparação da aula dela. Outros professores trouxeram *slides* só com elementos textuais, sendo um destes falando sobre o que precisa ter no projeto de pesquisa. No segundo semestre pedimos para trocar de intérprete, a coordenação resolveu colocando intérprete de outros polos da universidade e foi muito bom. Houve problemas com o programa utilizado nas aulas, que não permitia ampliar o texto dos *slides* e colocar o intérprete junto na mesma tela fixada. Pedi para o coordenador do programa para os professores trocaram de programa e usaram o *meet*, que foi muito melhor.ö

**She-ra:** ãEm outra disciplina o professor falava em inglês e espanhol e o intérprete não conseguia interpretar. Era *on-line* a aula e aí eu ativei a *close caption CC* e apareceu em espanhol e eu conseguia entender. Mas no início era só inglês e eu não conseguia que a legenda fosse em português. Quando voltamos para as aulas presenciais é que surgiu a opção de legendas em português. Foi bem difícil, não aprendi muita coisa não. E ainda tinha problema, pois a internet caía, ou a imagem travava, as legendas tinham muitas falhas. Os *slides* com muito texto e as letras pequenininhas. Não dava para colocar o texto projetado pelo professor ao lado da janela do intérprete, o programa de *web encontro* não tem essa opção. Minha sorte que tenho dois monitores e eu conseguia usar as duas telas, uma o texto do professor e na outra o intérprete. Tinha outro professor que a aula estava quase acabando e os dois intérpretes da disciplina perderam a conexão com a internet. O professor pediu para esperar um pouco e que se eles não voltassem terminaríamos a aula

em respeito aos alunos surdos. Teve disciplina que o professor avisava no grupo de *WhatsApp* que não pode mandar áudio por ter aluno surdo. ò

**Hello Kitty:** òUm problema que acontece é a internet não colaborar conosco, o intérprete trabalha dentro da universidade nas vídeo aulas e lá sempre tem problema de conexão com a internet. Nós alunos ficamos em casa, usamos a internet de nossas casas, a conexão é mais estável do que as dos intérpretes na universidade. E quando cai a conexão do intérprete, o professor continua a dar aula, aí precisamos ativar a legenda. Outro problema é quando o professor usa mídia do *google*, fica tudo desconfigurado. Momento das aulas virtuais foram muito ruins para os surdos pelo visual, que nas plataformas das aulas ficava bem difícil acompanhar as janelas dos intérpretes e dos *slides*, não dava para colocar, dependendo do programa, as duas janelas uma do lado da outra para facilitar a visualização.ö

Esta foi a única questão da entrevista em que as três surdas compactuaram quase cem por cento das respostas, afirmando que possuíam acessibilidade. Entretanto, apontaram a baixa qualidade do sinal de internet e o problema de que as plataformas de ensino não estavam aptas a suportar tanta demanda de usuários.

Em contrapartida, professores que ministravam suas aulas em inglês e espanhol precisavam ter TILS fluentes em Libras, português, inglês e espanhol. Entretanto, a legislação nº 12.319 de 2010 dispõe que as línguas que este profissional deve verter são português e Libras. Em nenhum momento aborda outras línguas orais, e, diante do exposto, é preciso de TILS que sejam fluentes em outras línguas orais estrangeiras.

Além disso, quem vivenciou o período de ensino remoto da pandemia, seja aluno ou professor, pode lembrar que o processo de ensino e aprendizagem não foi fácil. Tendo que se adaptar às plataformas virtuais de ensino, a preocupação das instituições para manter seus alunos, a conexão com a internet, a estar em frente a uma *webcam*, são novidades para todos os envolvidos, que tiveram que se adaptar. No caso dos surdos essa adaptação precisava ter acessibilidade, mas ela só chegou tardiamente.

## 11. Com a acessibilidade no ensino superior você se sente incluído? Por quê?

**Pocahontas:** ò30% eu me sinto incluída, porque tem um pouco de interação né, mas 70% eu considero que eu não estou incluída, porque a maioria dos alunos entra em choque, não tem contato comigo, mantém uma certa distância. Parece que observam de

longe só. Na disciplina que eu estava com outra surda, tinha um pouco menos desse espanto, acho, porque eram duas surdas, não uma. Em outras disciplinas a maioria era de ouvintes e um surdo só, então não sentia incluída não.ö

**She-ra:** öMe senti incluída e excluída. Na sala de aula quando eu era a única surda, eu ficava sozinha, sem ter com quem conversar. Depois entrou duas surdas, podia fazer trabalhos em grupos, eu tinha interação. Os colegas me perguntavam: como vamos fazer? Eu respondia no *WhatsApp*, *slide* e explicava como organizava. Não tinha essa de no nosso grupo não quero não. Comparando com a escola, na escola era mais segregação. No mestrado e doutorado os colegas tinham mais interação nos trabalhos e, quando tinha dois alunos que sabiam um pouco de Libras, eram a ponte de comunicação e interação com os demais colegas. No doutorado era *on-line*, não tinha essa interação igual no mestrado. Era tudo no chat, mas sempre quem me ajudava era os alunos pedindo para o professor colocar a legenda, eu percebi que os alunos querem me incluir, mas os professores me segregam. Por isso tem os dois, depende do momento.ö

**Hello Kitty:** öMetade é uma inclusão, uma acessibilidade de 50 %. O problema é que alguns não conhecem o que é ser surdo. Quem conhece e me conhece sempre me ajuda. Nas aulas alguns colegas sabem Libras, então conversamos direto em Libras, tem um conforto linguístico, quem não sabe Libras não se sente seguro para entrar em contato comigo. Os professores não são fluentes em Libras, sempre as aulas são com intérpretes, para poder haver comunicação na sala de aula, por isso 50%. para atingir o 100% precisa ser sala de aula bilíngue.ö

Nesta questão as surdas relatam diferentes vertentes se sentirem incluídas e elencam fatores favoráveis e desfavoráveis para essa inclusão, favoráveis quando os alunos ouvintes mantêm contato e interagem com elas, mesmo sem saber Libras, quando auxiliam as surdas a avisarem os professores sobre assuntos relacionados à sala de aula. Ocorre mais inclusão quando mais de um surdo estuda junto. Pontos desfavoráveis são a falta de interação por parte dos alunos e professores ouvintes com alunas surdas, a não escolha por parte dos ouvintes em chamar as surdas para realizarem os trabalhos em grupos. Esse afastamento faz com que se sintam excluídas na maioria das vezes, o que não acontece na educação bilíngue de surdos.

Perlin, (1998, 2016) aborda a importância deste contato surdo com surdo como parte da cultura e identidade surda. O encontro entre pares iguais, além de reforçar as identidades, também fortalece as identidades de resistência.

## 12. **Você indicaria a universidade para outros surdos? Por quê?**

**Pocahontas:** ãQuando eu me formar no futuro eu posso indicar para outro surdo sim, se tiver ou não tiver intérprete, mas ele não pode desistir porque não tem, ele pode entrar e lutar pelo seu direito para ele conseguir. Está no direito dele, a universidade é aberta para todo mundo, então ela é aberta para surdos também. Eu vou indicar sim, tendo ou não tendo intérprete quando ele entrar, se não tiver ele vai ter que lutar para conseguir os seus direitos, seja Intérprete ou outra forma de acessibilidade.ö

**She-ra:** ãSim, vários já me perguntaram, eu fico sem jeito para responder, porque depende do professor. Tem professor que tem mente aberta, tem professor que tem preconceito, tem sim, sim tem. Porque teve o processo do mestrado, eu tentei duas vezes, tinha na banca três professores e não querem orientar surdo, não querem essa responsabilidade. A terceira vez que tentei eu passei na seleção e uma professora aceitou o desafio de me orientar, depois começou a vir mais surdos fazer mestrado e doutorado. A prova para o processo cada ano é um pouco diferente, tem redação em português, a banca tem intérprete, mas a redação só em português não pode em Libras. A banca é só de ouvintes, não sabem Libras, não tem na banca um professor surdo. Por exemplo, os editais de mestrado e doutorado são em português, não tem vídeo traduzido para Libras. Vocês que querem estudar aqui no futuro têm que se esforçar com o português, porque tudo está em português.ö

**Hello Kitty:** ãSim, porque é importante mostrar a visibilidade surda, para aumentar a quantidade de surdo na pós-graduação, nós sabemos que os surdos sempre precisam lutar por uma vaga no mestrado e doutorado, aqui na universidade é pública, é aberta, não é privada só para algumas pessoas. Surdo tem direito a vaga, porque tem a lei da inclusão, e precisa respeitar a lei. Sempre vou indicar sim, é pública aberta e gratuita.ö

O direito à educação é um direito constitucional e também descrito na lei brasileira de inclusão (Brasil, 2015), sendo que em seu artigo 4º, 8º e 27º toda pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de oportunidades, sem discriminação no sistema inclusivo em todos os níveis. Neste ponto cabe esclarecer uma questão elencada por She-ra sobre a falta de membro surdo participando da banca de seleção e que as etapas, quando escritas, são em português escrito, sua segunda língua. Entretanto, nesta universidade, neste programa de pós-graduação, não possuem um professor surdo vinculado ao programa,

tanto que uma das entrevistadas é a única professora efetiva surda desse campus nomeada em 2011. E não possui nenhum outro professor efetivo de Libras neste mesmo campus. Em contrapartida, no processo das provas escritas e idiomas, não possuem condições igualitárias aos demais, os ouvintes. Isso devido às provas serem realizadas em português escrito, língua materna dos ouvintes participantes, e segunda língua para os surdos participantes. Para realmente estar em condições igualitárias, a prova para surdos deveria ser toda em Libras, e para ouvintes toda em português, com isso as condições seriam igualitárias, cada um realizando sua prova em sua língua materna.

A mesma legislação ressalva o explanado pelas surdas. O português está em todas as etapas do processo de seleção de alunos da pós-graduação, a lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que aborda no artigo 30, inciso VII, a tradução dos editais e suas retificações para Libras, sendo sua aplicabilidade nas instituições de ensino superior e ensino profissional e tecnológica públicas e privadas, nem sempre é cumprida. Ou seja, a universidade não está em acordo com a legislação vigente.

### **13. Pretende continuar com os estudos nesta universidade? Por quê?**

**Pocahontas:** òEu não penso agora em fazer PHD, mas eu realizo minha pesquisa na área em que eu atuo, por isso que eu vou continuar nos meus estudosö

**She-ra:** òEu vou parar os estudos já preciso descansar já.ö

**Hello Kitty:** òSim vou continuar estudando aqui sim, porque não vou parar no mestrado, talvez o doutorado não seja no mesmo programa da pós, pode ser outro, depende do meu objeto de pesquisa, se vai ser em letras ou em educação, mas na mesma universidade que faço o mestrado sim. Já me conhecem, já trabalho aqui há 6 anos, mas parar de estudar nunca.ö

As surdas Pocahontas e She-ra evidenciam a não continuação dos estudos na universidade, ambas cursam doutorado, enquanto She-ra explica já dizendo estar cansada, Pocahontas argumenta um tempo na tomada de decisão em cursar ou não um pós-doutorado. Respeitemos as escolhas das entrevistadas. Hello Kitty, por cursar mestrado, assume que pretende sim continuar seus estudos no doutorado nesta mesma universidade, mesmo sem saber sobre seu tema de pesquisa e em qual programa da pós-graduação pretende concorrer, tendo como justificativa que todos já à conhecem e ser seu local de trabalho há 6 anos. Parar de estudar não é uma opção.

## 5. RESULTADOS ENCONTRADOS

Nesta parte da dissertação demonstraremos os dados obtidos através da realização da pesquisa, com o intuito de averiguar se os objetivos foram ou não atingidos. Para isso seguiremos a mesma ordem dos nomes das entrevistadas Pocahontas, She-ra e Hello Kitty. Neste subcapítulo a apresentação dos dados serão através dos objetivos num apanhado geral das respostas de todas as questões, e não questão por questão. Cabe aqui lembrar que o objetivo geral é identificar as principais dificuldades de discentes surdos; e como objetivos específicos: identificar quais aspectos de acessibilidade os discentes surdos necessitam na pós-graduação; propor, na perspectiva dos surdos, caminhos para aprimorar a acessibilidade deles no ensino superior e analisar nas narrativas dos surdos, compreender se há continuidade nas políticas de acessibilidade de surdos na pós-graduação.

- **As dificuldades**

**Pocahontas:** Demonstra que o primeiro aspecto de dificuldade dela é a falta de profissional intérprete de Libras, mesmo tendo solicitado tal profissional, e quando há, este não é fluente. Nas aulas a falta deste profissional ou a falta de um profissional qualificado compromete a participação nas disciplinas de forma ativa, e na ausência deste profissional a improvisação era o que foi tomado como solução, mesmo não sendo a correta. Outro ponto de dificuldade narrado por ela e com grande variedade de experiência é a falta de material visual nas aulas, como o uso de *slides* pelos professores. No entanto, alguns professores não demonstraram sensibilidade para adaptar suas aulas às necessidades das alunas surdas, o que transformou seu processo de aprendizado muito difícil. Nas aulas

virtuais há dificuldades com o programa utilizado, que não possibilita o controle do tamanho das telas dos *slides* e a tela do intérprete de Libras.

Outra dificuldade é a organização da sala de aula a ponto de permitir a visualização do professor e dos alunos ao mesmo tempo em que olha para o intérprete, propiciando um campo visual amplo com possibilidade de não precisar ficar perguntando para o intérprete quem está falando. Pocahontas relata uma falta de interação e até mesmo um certo distanciamento por parte dos colegas e professores, possivelmente devido à sua surdez. Ela se sentia mais incluída quando havia outra pessoa surda na classe, sugerindo que a presença de mais de uma pessoa surda pode reduzir o sentimento de isolamento.

Teve dificuldade em participar dos debates nesta disciplina, pois a professora não dava vez à sua explanação. Problemas com a conectividade com a internet dela e dos intérpretes prejudicaram o andamento da disciplina. Apesar de todas as dificuldades relatadas ao longo de seu percurso, Pocahontas e as outras alunas surdas têm que lutar pelos seus direitos, como os TILS advindos de outros polos da universidade, as adaptações metodológicas didáticas e das plataformas de ensino remoto, para obterem certo nível de acessibilidade.

Diante dos desafios Pocahontas reconhece alguns esforços para com a inclusão de surdos. Com isso, narra estar parcialmente incluída, sua experiência demonstra que há um grande caminho a ser percorridas pelas universidades.

**She-ra:** Demonstra que o primeiro aspecto de dificuldade dela ao entrar em contato com a secretaria do programa de pós-graduação para sanar dúvidas, acabava tendo mais incertezas, principalmente por a secretária não poder responder em Libras, sendo as dúvidas todas sanadas em português, a segunda língua da surda, e a demora das respostas por *e-mail*. Além da dificuldade já no processo de ingresso, pois os editais são em português escrito e não possui tradução para Libras, outra dificuldade é a falta de intérprete durante oito meses na universidade. O processo seletivo para novos intérpretes foi demorado e, mesmo após a contratação, o novo intérprete não tinha formação adequada em Letras Libras e pouca experiência na área acadêmica, prejudicando a qualidade da interpretação.

Relata, ainda, dificuldade com o professor que passou um filme antigo sem legenda em português e em uma língua estrangeira na qual o intérprete não sabia para poder interpretar. A falta de estratégia da maioria dos professores que possuem alunos surdos é uma dificuldade. A atitude de alguns professores era de pouca sensibilidade e compreensão

sobre as necessidades de alunos surdos, como falar muito rápido ou não considerar a presença de um aluno surdo na classe.

A entrevistada também possui dificuldade em realizar as atividades em português escrito, por ser sua segunda língua. Professor que chamava palestrante que falava inglês e intérprete não tinha como interpretar, professor que não acredita na capacidade de produção textual da surda. Quando houve aula *on-line* teve dificuldade com a conexão de internet e das janelas dos *slides* e do intérprete, que não havia opção de ajustes no programa utilizado. Dificuldade em fazer com que os professores entendessem como surdos aprendem, essa falta de conhecimentos dos professores trouxe dificuldades de interação e estratégias.

Em situações She-ra era a única aluna surda, ela sentiu um isolamento significativo devido à falta de interação com os colegas e professores. Ela destacou que a interação e a inclusão eram mais presentes quando havia outros alunos surdos, ou ouvintes que conheciam um pouco de Libras.

Em comparação com colegas ouvintes, as demandas específicas de She-ra e outros alunos surdos eram frequentemente desconsideradas ou tratadas de maneira inadequada, como a falta de adaptação para apresentações e atividades acadêmicas em Libras.

**Hello Kitty:** A primeira dificuldade dela é a com a falta de intérprete de Libras e a falta de fluência destes quando estão disponíveis. Narra a dificuldade com textos em português e espanhol, filme sem legenda, dificuldade com os programas de aulas virtuais, o que dificultava a visualização simultânea de slides e intérpretes, complicando o acompanhamento das aulas para os alunos surdos. A conexão de internet na universidade, utilizada pelos intérpretes era instável, causando quedas frequentes durante as aulas virtuais. Isso forçava os alunos a recorrerem a legendas automáticas, que nem sempre são precisas.

Destacou que a inclusão na universidade é apenas parcial. Ela descreveu a acessibilidade como "50%" porque, embora haja intérpretes, a falta de fluência dos intérpretes em Libras e a ausência de um ambiente bilíngue completo limitam a inclusão total. Existe uma barreira linguística e cultural, onde alguns colegas e professores não se sentem à vontade para interagir diretamente com alunos surdos.

Mesmo com a presença de intérpretes, houve confusões iniciais nas aulas *on-line*, como quando o professor confundia a identidade de Hello Kitty por causa da voz do intérprete ser de um homem.

Embora alguns professores adotem boas práticas, como enviar *slides* com antecedência e adaptar materiais, essas estratégias nem sempre são consistentes ou suficientes para garantir a plena compreensão e participação dos alunos surdos. Professores precisam ser mais proativos em adaptar materiais e métodos de ensino para atender às necessidades específicas dos alunos surdos.

Hello Kitty mencionou que alguns colegas e professores têm atitudes que demonstram uma falta de entendimento sobre o que significa ser surdo, o que pode levar a preconceitos e exclusão.

A luta constante por inclusão e acessibilidade adequada, como o pedido para implementação de cotas para surdos em programas de pós-graduação, reflete uma desigualdade estrutural que ainda precisa ser superada.

- **Da acessibilidade**

As pessoas surdas destacam, de forma direta ou indireta, os desafios relacionados à acessibilidade. Elas necessitam de acessibilidade comunicacional em diversos contextos, como nas interações entre surdos, professores, alunos, na secretaria de pós-graduação, nas aulas e em eventos acadêmicos, como congressos e seminários. Essa demanda pode ser atendida pela presença de intérpretes de Libras atuando durante todos os períodos necessários, o que ressalta a importância de contar com uma equipe de intérpretes qualificada.

A acessibilidade metodológica refere-se aos métodos a serem empregados. A metodologia aborda estratégias para superar barreiras em sala de aula, priorizando aulas visuais e uma pedagogia voltada para as pessoas surdas. Isso inclui a tradução de materiais para Libras, como os conteúdos das disciplinas e os editais de seleção da pós-graduação, garantindo maior acessibilidade e inclusão.

No que diz respeito à acessibilidade programática, destaca-se a importância da contratação e abertura de concursos públicos para intérpretes de Libras. A Lei nº 14.704/2023, em seu parágrafo único, estabelece que o trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais (Brasil, 2023). Essa legislação se aplica tanto às contratações temporárias quanto aos concursos públicos, demandando processos mais ágeis e eficientes para garantir que estudantes surdos não fiquem desassistidos pela ausência desses profissionais.

Entretanto, os intérpretes devem possuir uma formação de nível superior em bacharelado em Língua Brasileira de Sinais, conforme estabelecido por lei, no artigo 2º: O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (Brasil, 2010).

Entretanto, dependendo do contexto em que esse intérprete atua, principalmente em regiões de fronteira ou regiões onde demais línguas estão sendo usadas no meio acadêmico, esses profissionais não poderão realizar um pleno atendimento aos surdos devido estar estabelecido em lei apenas essas duas línguas, a Libras e o Português. Com isso, nas universidades em contexto de fronteira, que trabalham principalmente o espanhol, os surdos ficam sem acesso à informação, devido a essa questão legislativa.

É preciso repensar a formação desses intérpretes para que sua própria formação não seja uma barreira linguística para os acadêmicos surdos. TILS que possuam uma formação que remete à lei 12.319 de 2010, precisam se aperfeiçoar de acordo com a demanda ou as demandas linguísticas que se fazem necessárias nos contextos em que atuam, procurando realizar cursos de idiomas para também serem proficientes em outras línguas, como espanhol e o inglês preferivelmente.

A acessibilidade atitudinal está relacionada a estigmas e senso comum da sociedade. Um problema relatado pelas surdas é as questões de alunos não interagirem com elas e os professores não acreditarem em suas capacidades. Projetos de extensão poderiam ajudar neste processo de conscientização acadêmica da universidade.

- **A continuidade nas políticas de acessibilidade de surdos na pós-graduação**

No decorrer das narrativas das três surdas é possível identificar que houve grande período sem a presença de intérpretes de Libras. A universidade nunca abriu concurso público para o referido cargo e a oferta desse profissional acontece de forma descontinuada. Apenas quando um surdo frequenta as disciplinas é realizado um processo seletivo que, segundo informam surdas, leva em torno de três meses, ou seja, há uma grande perda de informação, falta de acessibilidade neste período, dificuldades no desenvolvimento das disciplinas.

É fundamental que a universidade elabore melhorias voltadas para a inclusão de pessoas surdas, garantindo que elas sejam consultadas durante o planejamento para evitar a criação de novas barreiras. Entre essas melhorias, destacam-se a abertura de concursos públicos para Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS), a tradução dos editais dos processos seletivos de mestrado e doutorado para Libras e outras adequações necessárias. Além disso, é essencial que as provas, quando aplicadas, sejam traduzidas para Libras e permitam respostas também em Libras. A composição das bancas avaliadoras deve incluir, preferencialmente, um professor com conhecimento sobre Libras ou sobre as especificidades dos candidatos surdos. Essas bancas também devem ser acompanhadas por equipes de TILS para garantir plena acessibilidade.

Quando há aluno surdo na pós-graduação, é preciso que todos os membros do programa sejam comunicados sobre a existência dos discentes surdos e que estudem sobre como é, como aprendem, e como ensinar um aluno surdo. A organização da sala de aula, bem como a forma de avaliação das disciplinas, precisariam ser bilíngues, Libras e Português. Os professores precisam questionar, e deixar os surdos se expressarem para que a sala de aula seja um ambiente com equidade e a acessibilidade seja plena, sem a existência de barreiras quaisquer que elas sejam. Só assim os surdos estarão verdadeiramente incluídos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caros leitores, chegamos às conclusões finais desta pesquisa. Assumo que o processo para chegar até aqui não foi fácil, passei por grandes provas acadêmicas e particulares. Considero uma grande fonte de dados e reitero a importância da acessibilidade para surdos, não só para a universidade onde estas surdas frequentam, mas também para as demais que atendam ou pretendem atender surdos seja nas graduações ou na pós-graduação.

Esta pesquisa buscou compreender as necessidades das surdas no contexto da pós-graduação a nível de mestrado e doutorado, partindo da perspectiva das próprias estudantes em uma instituição pública do estado do Paraná. Os estudos revisados revelam que o processo de inclusão enfrenta barreiras significativas, como o uso limitado de intérpretes, e sua ausência durante o processo de admissão e falta de infraestrutura acessível. No contexto internacional, foram observadas experiências como na Áustria e no Quênia, onde estudantes surdos precisam lidar com a imposição de métodos educativos que negligenciam suas línguas de sinais e identidades culturais. Já na América Latina, especialmente na Colômbia, percebe-se que as iniciativas ainda são iniciais, mas esforços estão sendo feitos para integrar os surdos por meio de estratégias como a oferta de bolsas e cursos de língua de sinais.

Nos casos internacionais, foi possível perceber que barreiras de acesso persistem, desde o processo de admissão até as práticas pedagógicas diárias. Exemplos como o uso de plataformas digitais durante a pandemia (como o *MS Teams*) evidenciam a necessidade de adaptações específicas para garantir a participação plena dos alunos surdos. Além disso, a articulação entre universidade, família e comunidade surda é apresentada como um elemento essencial para uma inclusão eficaz, especialmente no contexto latino-americano.

No Brasil, a inclusão dos surdos no ensino superior tem avançado lentamente, mas ainda enfrenta dificuldades significativas. A pesquisa aponta que, apesar do aumento no número de alunos surdos nas universidades, os desafios incluem a adaptação ao ambiente predominantemente ouvinte, a dependência de intérpretes de Libras e a falta de preparo dos docentes para lidar com a diversidade linguística. Além disso, a dificuldade de aquisição da língua portuguesa e a ausência de reconhecimento pleno da Libras como primeira língua dos surdos são questões centrais.

A pesquisa evidencia a necessidade de aprofundar o estudo da acessibilidade e inclusão de pessoas surdas no ensino superior, especialmente no nível da pós-graduação, uma área ainda pouco explorada, tanto no Brasil quanto no exterior. A literatura revela que as

investigações existentes se concentram principalmente no processo de ingresso e na permanência dos surdos na graduação, evidenciando a falta de pesquisas voltadas para o contexto da pós-graduação.

Diversos estudos destacam o papel essencial de políticas de acessibilidade, como a presença de intérpretes de Libras e professores bilíngues, para garantir a inclusão efetiva dos surdos no ambiente acadêmico. No entanto, observa-se que a legislação e as práticas institucionais, apesar de apresentarem avanços, nem sempre são suficientes para assegurar o pleno exercício dos direitos linguísticos e educacionais dos surdos, seja pela ausência de fiscalização ou por limitações na implementação de políticas.

O conceito de direito linguístico emerge como uma ferramenta crucial para a promoção da igualdade e da diversidade cultural, englobando não apenas o direito à educação em língua materna, mas também o uso da língua de sinais em espaços públicos e privados.

A organização do espaço físico e visual em salas de aula com alunos surdos é essencial para promover uma comunicação efetiva entre surdos e ouvintes. A disposição dos assentos em círculo, por exemplo, favorece o campo visual e permite que todos participem de maneira igualitária. No entanto, essas mudanças não devem se limitar a uma mera adequação espacial, mas também precisam desafiar a imposição do português como única língua válida. Essa imposição revela resquícios de um modelo centralizador, onde a cidadania plena parece condicionada ao uso exclusivo da língua oficial do país, em detrimento da diversidade linguística.

Durante todo o processo de pesquisa ficou evidenciado que principalmente a falta de intérpretes de Libras é alarmante, sem a abertura de concurso público para o cargo, além da falta de adaptações didáticas e metodológicas durante as disciplinas por parte de alguns professores. No entanto, as pesquisas indicam que é necessário mais do que políticas formais. A criação de uma cultura inclusiva, com envolvimento de docentes e da comunidade acadêmica, é essencial para transformar o ambiente universitário em um espaço de aprendizagem verdadeiramente acessível. A partir das discussões apresentadas, destaca-se a urgência de desenvolver políticas que não apenas garantam o acesso físico e comunicacional, mas que também promovam uma mudança cultural profunda nas universidades, favorecendo o respeito às identidades dos alunos surdos e garantindo uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Com isso os resultados mostram que a hipótese inicial de que não há uma continuidade efetiva das políticas de acessibilidade para surdos na pós-graduação se confirma. Tal lacuna se explicita com a falta de abertura de concursos para tradutores/intérpretes de Libras/Língua

portuguesa, comprometendo a inclusão efetiva dessas estudantes limitando suas oportunidades no desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Como podemos ler ao longo desta dissertação, o processo de incluir surdos no ensino superior não é fácil, e muitas vezes vai além de apenas fornecer TILS e materiais acessíveis para surdos. A bagagem acadêmica trazida por estes surdos, desenvolvida no período escolar, também influencia o ingresso nas universidades. Estas precisam estar preparadas, ou estarem cientes de que precisam de alternativas e opções de provas para os surdos prestarem o vestibular. Esse será o primeiro passo.

O edital do vestibular deve ser traduzido para Libras, incluindo suas respectivas atualizações. O exame vestibular também precisa ser acessível, com opções como prova bilíngue (vídeo traduzido em Libras acompanhado do caderno de prova em português escrito), prova somente em português escrito (respeitando que o português é a segunda língua do surdo), com a presença de um professor bilíngue como aplicador e um TILS, ou prova exclusivamente em Libras. Nesta última modalidade, o candidato deve ter a possibilidade de responder todas as questões discursivas e a redação em Libras, utilizando o português escrito apenas nas questões específicas da segunda língua.

Essas medidas também devem ser aplicadas nos processos seletivos de pós-graduação. Considerando que, nesta universidade, o formato do processo seletivo de alunos regulares tem variado a cada ano, é essencial planejar para que todas as etapas sejam acessíveis, oferecendo as mesmas opções descritas acima para a graduação.

Além disso a pesquisa evidenciou que as experiências surdas narradas são repletas de desafios que vão além da falta dos intérpretes de Libras. Envolve também questões estruturais e de sensibilização da comunidade acadêmica. Apesar dos avanços acadêmicos e legislativos e do aumento dos números de estudantes surdos nos últimos anos ingressando no ensino superior, é preciso percorrer ainda um longo caminho para a garantia da inclusão de surdos em todos os níveis de ensino no Brasil.

É crucial oferecer às estudantes surdas um espaço de sinalização onde possam se expressar em sua língua materna, compartilhando suas angústias, desejos, dificuldades, expectativas e sugestões para melhorias na acessibilidade. Nesse ambiente, elas podem argumentar sobre as questões de acessibilidade e inclusão que consideram prioritárias e com as quais se identificam. Esse diálogo possibilita uma reflexão mais aprofundada sobre a construção de políticas públicas voltadas para surdos no ensino superior e em seus diferentes níveis, além de orientar a implementação de práticas que atendam, de forma efetiva, às especificidades de cada grupo ou estudante.

Um dos maiores entraves para a produção científica dos surdos é a exigência de publicação em português, o que desconsidera a Libras como língua legítima para registros acadêmicos. A criação de uma revista de vídeo-registro em Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) surge como uma alternativa, mas sua adoção é limitada devido às exigências dos programas de pós-graduação por publicações em periódicos com critérios específicos de qualis. Assim, a produção científica em Libras ainda enfrenta barreiras estruturais e operacionais.

Portanto, o direito linguístico dos surdos vai além das normas legais e envolve a criação de espaços inclusivos que respeitem a identidade e a cultura da comunidade surda. A luta pela educação bilíngue e pela valorização da Libras reflete a busca por uma sociedade verdadeiramente multilíngue e multicultural, em contraste com a visão equivocada de um país monolíngue. Nesse contexto, o enfrentamento das barreiras ainda existentes é essencial para garantir que os surdos possam exercer plenamente seus direitos, tanto na educação quanto na produção científica e na cidadania.

Outro ponto crítico é a inconsistência entre legislações e a prática. Embora algumas leis garantam a oferta de provas em Libras, outras dificultam sua execução ao não reconhecer oficialmente essa língua como equivalente ao português. A empatia das instituições e dos profissionais se torna essencial para superar essas lacunas, mas ainda é insuficiente sem um apoio legislativo claro e uniforme.

Assim, embora as leis existentes representem um avanço, elas são frequentemente elaboradas sem a participação efetiva da comunidade surda e apresentam lacunas significativas. Para uma inclusão efetiva, é necessário rever essas legislações, garantir o reconhecimento da Libras como língua oficial e fortalecer as práticas educacionais bilíngues, promovendo um ambiente que respeite verdadeiramente os direitos linguísticos dos surdos.

A inclusão de pessoas surdas em espaços educacionais, especialmente na pós-graduação, enfrenta desafios que vão além da presença de intérpretes em sala de aula. O processo de inclusão é frequentemente afetado por fatores como a falta de empatia de colegas e professores, desrespeito à identidade linguística e cultural dos surdos, e a imposição do português como única língua legítima no ambiente acadêmico. Mesmo com intérpretes presentes, a exclusão pode ocorrer se não houver uma compreensão e valorização da Libras como língua materna dos surdos, e se o direito de realizar atividades em Libras for negado.

É fundamental sensibilizar toda a comunidade acadêmica para a presença de estudantes surdos na instituição. Isso pode ser feito por meio de projetos de extensão voltados para professores, técnicos administrativos e demais funcionários que interagem com surdos. Além

disso, é essencial desenvolver iniciativas direcionadas aos estudantes, promovendo a compreensão sobre quem são as pessoas surdas e suas necessidades, especialmente em atividades como aulas e trabalhos em grupo. É importante reforçar que a contratação de intérpretes de Libras, embora indispensável, não abrange todas as demandas de acessibilidade dos surdos, sendo necessário um esforço coletivo para garantir uma inclusão plena e efetiva.

Pesquisas nacionais e internacionais evidenciam que a exclusão de surdos no ensino superior é um problema presente em diversos contextos. Estudos como o de Ertl (2017), na Áustria, revelam graves casos de exclusão e inacessibilidade. Abuya e Githingi (2022), no Quênia, e Durango (2018), na Colômbia, destacam os desafios de adaptação e a implementação de estratégias para tornar os ambientes acessíveis, ainda que em ritmo lento, devido a legislações ultrapassadas ou à necessidade de criar normas mais específicas que garantam o ingresso de surdos nas universidades. Situação semelhante ocorre no Brasil, onde os avanços na acessibilidade são marcados por processos vagarosos e frequentemente aquém do esperado, como a espera de até oito meses por um intérprete de Libras (TILS), que muitas vezes não possui fluência adequada.

Por outro lado, estudos realizados por Witches, Lopes e Coelho (2019), em Portugal, e Vai e Marsili (2019), na Argentina, mostram que é possível alcançar a inclusão de estudantes surdos quando as instituições adotam um comprometimento institucional, com abordagens sistemáticas e abrangentes. No entanto, essas experiências ainda são exceções, e a maioria das instituições de ensino superior enfrenta grandes dificuldades na implementação de políticas de acessibilidade eficazes e sustentáveis.

A inclusão de alunos surdos na pós-graduação não é apenas uma problemática de falta de acessibilidade, mas também de reconhecimento e valorização das identidades e culturas que se apresentam no espaço acadêmico.

As narrativas de Pocahontas, She-Ra e Hello Kitty revelam diferentes perspectivas, influenciadas pelos períodos distintos em que ocorreram e pelas combinações em sala de aula. Enquanto Pocahontas e She-Ra estudaram juntas em algumas disciplinas, e She-Ra também esteve com Hello Kitty, nunca houve interação em sala de aula entre Pocahontas e Hello Kitty. Quando as alunas surdas puderam estudar juntas, relataram maior sensação de inclusão.

As narrativas indicam que, ao longo dos estudos, os momentos de acessibilidade foram pontuais e breves, não abrangendo todo o período de mestrado e doutorado. Embora existam políticas linguísticas que visam garantir a acessibilidade, a instituição frequentemente não segue as legislações que asseguram esses direitos.

Entre as principais dificuldades relatadas estão a ausência de intérpretes de Libras em tempo integral e a prática de trabalho individual, sem o revezamento necessário. Além disso, a comunidade acadêmica demonstra desconhecimento sobre a surdez, as formas de aprendizagem dos surdos, a relevância de sua língua e cultura. Problemas como vídeos sem legendas ou em idiomas que os intérpretes não conseguem traduzir (por formação limitada a Libras e português), a falta ou descontinuidade do uso de slides visuais, e metodologias didáticas inadequadas também são barreiras significativas para a inclusão e aprendizado dos surdos.

Diante disso, é necessário que a universidade se prontifique a realizar caminhos para o cumprimento das leis que garantem a acessibilidade de surdos na pós-graduação, pois, através das narrativas, fica evidenciado que não há uma continuidade e nem o cumprimento de garantia de acessibilidade de surdos. A inclusão é providenciada apenas quando há um surdo frequentando as disciplinas ou quando é possível. A universidade estadual do Paraná até hoje nunca abriu concurso público para TILS, apenas processo seletivo simplificado, quando descobrem que tem surdos estudando. Mesmo assim, ainda não é possível ter este profissional, como relatou She-ra, que ficou oito meses sem TILS.

Além desta descontinuação da acessibilidade, por falta de concurso, os TILS contratados em sua maioria não são fluentes em Libras e não realizam uma interpretação de qualidade, conforme relatam as surdas. Os TILS, em sua maioria, não são formados na área de Libras, gerando complicações de entendimento e comunicação em ambiente acadêmico.

Portanto, é essencial que futuras pesquisas continuem a explorar e a expor as realidades enfrentadas pelos surdos na pós-graduação. Somente através de uma compreensão profunda dos desafios e necessidades dessa população será possível desenvolver políticas públicas eficazes e promover uma verdadeira inclusão, com a oferta de condições acessíveis de estudos.

A acessibilidade é um direito garantido por lei, e sua efetivação é essencial para a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades. Que esta dissertação seja, portanto, um passo rumo à construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, onde todos, independentemente de suas condições, possam aprender e contribuir plenamente.

É evidente que a universidade precisa de grandes mudanças, e que para acolher surdos e poder convencer e possuir alunos a ingressarem na instituição em seus diferentes cursos e níveis acadêmicos, necessitam realizar mudanças, e se estas não se concretizam, medidas drásticas devem ser tomadas. A universidade é pública é para todos, e para ser de qualidade para os surdos, há muito a se fazer.

Em síntese, a inclusão de estudantes surdos na pós-graduação exige não apenas políticas de acessibilidade, mas também uma transformação cultural e pedagógica mais profunda. As universidades precisam investir na formação de seus docentes, ampliar o uso de intérpretes e garantir que todos os alunos, surdos ou ouvintes, convivam em um ambiente de respeito e colaboração um ambiente de equidade. A pesquisa sugere que, embora algumas instituições estejam desenvolvendo mecanismos de inclusão, ainda há muito a ser feito para que a educação superior se torne verdadeiramente acessível e acolhedora para todos. Destaca-se a necessidade urgente de ampliar as pesquisas sobre a inclusão dos surdos na pós-graduação e de fortalecer as práticas de acessibilidade e políticas linguísticas nas universidades. A superação das barreiras existentes exige esforços contínuos e articulados entre legislação, instituições de ensino e a sociedade, visando à construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo.

Diante desta dissertação, caro leitor, podemos expandir tal estudo numa verificação nacional de acessibilidade para surdos nas pós-graduação para fins de continuidade e comparabilidade da acessibilidade. Só assim podemos concluir se são casos isolados ou há um padrão da descontinuidade, e onde a acessibilidade acontece, é preciso questionar: qual o motivo para sua prevalência?

Agradeço a todos pela paciência e esforço em continuar até aqui sua leitura desta dissertação. Espero que esta pesquisa sirva como fonte de conhecimento e de prova para promover melhorias nas demais universidades com surdos inseridos em espaço de respeito a culturas e formas de aprendizagem diferentes dos demais alunos ouvintes, pois a universidade é pública, gratuita e de qualidade para os surdos e os ouvintes, isso é importante para promover o aumento de surdos na pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. **Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil**. Revista da ABRALIN, v. 17, n. 2, 30 jun. 2019.

Bento, Nanci Araújo & Teixeira, Elizabeth Reis. (2019). **O acesso do estudante surdo em Instituições Federais de Ensino Superior no município de Salvador: o caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**. Revista Educação Especial, 32, e98/ 1625. <https://doi.org/10.5902/1984686X38499>.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico**. Educ. Mat. Pesquisa, São Paulo, SP, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto, & ZANCHIN, Jaqueline. (2013). **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão**. Cadernos De Pesquisa, v. 40 n. 139, p. 1476172. 2013.

Bloomfield, L. (1935). **Language**. London: George Allen & Unwin LTD.

BORGES, Rosângela, Lopes. **LIBRAS E ACESSIBILIDADE PARA SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**. Sinalizar, V.5, p.1-12, Set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 01 de Out. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 29 Ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, 19 de julho de 2010**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9948-decreto-7-programa-incluir&category\\_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9948-decreto-7-programa-incluir&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 de Jan de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.387, de 9 de Dezembro de 2010**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm). Acesso em: 3 Set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 01 de Out. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 29 de Ago. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de Setembro de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 23 de Ago. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 06 Jan de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 20 Ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.624, de 17 de Julho de 2023.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14624.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14624.htm#art1). Acesso em: 01 de Out. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.785, de 20 de novembro de 2023.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11785.htm). Acesso em: 01 de Out. de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 04 de Jul. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.503%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20de%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de,rege%2Dse%20por%20este%20C%C3%B3digo](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.503%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20de%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de,rege%2Dse%20por%20este%20C%C3%B3digo). Acesso em: 1 Set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm). Acesso em: 29 Ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm). Acesso em: 29 Jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador Programa Incluir ó Acessibilidade na Educação Superior. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Acesso em: 10 Jan de 2022.

CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia visual/sinal na educação dos surdos. In: QUADROS R. M., PERLIN, G. (Orgs). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

CAMPELLO, A. R. S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) ó Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia visual: uso de estratégias de ensino de inglês aplicáveis aos alunos surdos**. *Revista Communitas*, v. 7, p. 152-171, 2023.

CAMPELLO, A. R. S. *Direitos Humanos em Questão: A Universidade Pública pode se fazer falar em Libras?* 1. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2014. 103 p.

CAMPELLO, A. R. S.; REZENDE, P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro.** *Educar em Revista*, Curitiba, p. 71-92, 2014.

CHARPENTIER, Angélica Ordóñez. **Educación superior, discapacidades y pandemia. Reflexiones desde Ecuador.** *Nómadas*, (56). 2022. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n56a7>.

CINTRA, Sones Lei Aparecida Domingues, CORREIA, Leia Bernal Sanches, & TENO, Neide Araujo Castilho, (2020). **Pesquisa narrativa: Uma avaliação para conhecer experiências formativas / Pesquisa narrativa: Uma metodologia para compreender experiências formativas.** *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, 6 (9), 66451666463.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Narrative inquiry: experience and story in qualitative research.** San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

Clandinin, D. J.; Connelly, F.M. (2011). **Pesquisa Narrativa: experiência e história em Pesquisa Qualitativa.** Trad. Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores. Uberlândia: EDUFU.

COSS, Dina Elizabeth Cortes & COSS, Agustín Cortes. (2022). **Análisis y valoración de la plataforma MS Teams en atención a estudiantes universitarios con discapacidad auditiva: estrategia digital adoptada durante el confinamiento por la Covid-19.** *IE Revista de Investigación Educativa de la REDIECH*. V. 13. E. 1419. 2022. DOI: [doi.org/10.33010/ie\\_rie\\_rediech.v13i0.1419](https://doi.org/10.33010/ie_rie_rediech.v13i0.1419).

DURANGO, Miguel Ángel Salazar. **Estrategias para La inclusión de Estudiantes sordos en La educación superior latinoamericana.** *Ratio Juris*, Universidad Autónoma Latinoamericana (UNAUCLA) Colombia. vol. 13, núm. 26, pp. 193-214, Julio, 2018.

EDWIN O. Abuya & Jane W. GITHINJI, **Inclusion of Visually Impaired and Deaf Students in Kenya: A Call for Action.** V. 32 n. 1. p.46. 2022.

ERTL, Lukas. **Zugang zu Hochschulbildung für Gehörlose und Schwerhörige in Österreich.** *Zeitschrift für Sprache und Kultur Gehörloser*. Hamburg, v. 31, n. 107, p. 352 ó 363. 2017. Disponível em: <https://docplayer.org/82545943-Zugang-zu-hochschulbildung-fuer-gehoerlose-und-schwerhoerige-in-oesterreich.html> Acesso em: 03 mar. 2023.

GESSER, A. **Libras: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIJARRO, María Belén Noboa. **Inclusión social y académica de estudiantes sordos signantes en la Pontificia Universidad Católica del Ecuador.** Dissertação de mestrado. Quito. p. 141. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES, v. 21, n. 55, p. 30641, nov. 2001.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos.** São Paulo: Parábola, 2018.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. **Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 107-126, dez. 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.51043.

MESQUITA, Leila Santos. **Políticas Públicas de Inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior.** Educação & Realidade, v. 43, n. Educ. Real., 2018 v. 43 n. 1, p. 2556273, jan. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

PAIVA, Gisele Oliveira DA Silva; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. Rev. bras. educ. espec., 2021 27, p. e0154, 2021.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Estado de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: SEESP, 2004. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorLibras.pdf>>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

QUADROS, R. M., SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

\_\_\_\_\_, R. M. (2010). O ðBIØ em bilinguismo na educação de surdos. In E. Fernandes (Ed.), *Surdez e bilinguismo* (p. 27-37). Mediação.

\_\_\_\_\_, R. M.; STUMPF, M. R. Letras Libras EaD. In: **QUADROS, R. M. (Org.). LETRAS LIBRAS: ontem, hoje e amanhã.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014. Pg. 09 ó 35.

QUADROS, R. M. de; PATERNO, U. Políticas Linguísticas: O Impacto do Decreto 5.626 para os Surdos Brasileiros. In. Espaço: informativo técnico-científico do INES. nº 25 (jan/jun 2006) v. Semestral. Rio de Janeiro: INES, 2006.

REZENDE, P. L. F. **Falta de classes específicas marcou evasão escolar da comunidade surda.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 out. 2020.

REZENDE-CURIONE, P. L. F. **Escola bilíngue de surdos: comunidade linguística ou comunidade segregada?** *Espaço* (Rio de Janeiro, 1990), v. 57, p. 101-111, 2022.

REZENDE-CURIONE, P. L. F. **A educação bilíngue de surdos na nova gestão do MEC.** *O Povo*, Fortaleza, p. 19-10, 08 jan. 2023.

SANCHES, Isabel Rodrigues & SILVA, Polliana Barboza da. (2019). **A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia.** *Revista Portuguesa De Educação*, v. 32 n. 1, p.155-172. 2019. doi.org/10.21814/rpe.14955.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHMITT, Deonísio. Espaço de Conforto Linguístico/Cultural dos Surdos na Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas (UFSC)*, v. III, p. 100-124, 2008.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI, Renilson José; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. **Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, 2020. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43092020000100140&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100140&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 29 jul. 2024. Epub 02-Set-2020. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15476.071>.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão; os ouvintes no mundo dos surdos.** *Estilos da clínica*. São Paulo, v. V, n. 9, p. 32-51, 2000.

Soares, Inês Virgínia Prado. **Cidadania cultural e direito à diversidade linguística: a concepção constitucional das línguas e falares do Brasil como bem cultural.** *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 1, p. 83-101, junho/2008.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de.; SOARES, Maria Elias. **Um estudo sobre as Políticas Linguísticas no Brasil.** *Revista de Letras*. No. 33, v.1, jan-jun 2014. P. 102-112.

STUMPF, M. R. O estado da arte da escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: uma meta-análise. In: BIDARRA, Jorge; MARTINS, Tânia Aparecida; SEIDE, Márcia Sipavicius (Org.). **Entre a Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo**. 1. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2016. v. 1, p. 83-115.

STUMPF, M. R. **Competência Leitora. Língua de Herança: língua brasileira de sinais.** Porto Alegre, p. 43 - 43, 01 fev. 2018.

STROBEL, Karin Lilian. **História dos Surdos: representações ômascaradasô das identidades surdas.** In: *Estudos Surdos II*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

VAI, Dora; Marsili, Ornella. (2019). **Universalización del conocimiento y accesibilidad en la Educación Superior.** 13 Congreso Argentino de Educación Física y Ciencias, 30 de septiembre al 4 de octubre de 2019, Ensenada, Argentina. *Educación Física: ciencia y profesión*. EN: *Actas. Ensenada : Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Educación Física. En Memoria Académica.*

VIANA, Marcos Vinícius Guimaraes; GOMES, Márcia Regina. **Desafios do aluno surdo no ensino superior.** *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 53. p. 197 ó 214. Jan - jun, 2020.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 2036220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 22 ago. 2022.

WITCHES, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini; COELHO, Orquídea. **FORMAS POSSÍVEIS DE SER NAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PORTUGAL.** Educação & Sociedade, v. 40, n. Educ. Soc. P.16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019202053>.

YATIM, Nahla. **Intercorrências da qualificação subjetiva dos intérpretes de Libras.** Dissertação (Mestrado) ó Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós ó Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2016, p.146.